

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

ISABELA RAMOS DE PAULA

**A ETIQUETAGEM DA DEMOCRACIA:**  
um percurso entre a folksonomia e o vocabulário controlado

Rio de Janeiro

2017

ISABELA RAMOS DE PAULA

**A ETIQUETAGEM DA DEMOCRACIA:**

um percurso entre a folksonomia e o vocabulário controlado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Bacharel em Biblioteconomia pela  
Escola de Biblioteconomia da Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Brisa Pozzi de Sousa.

Rio de Janeiro

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

025.48

P324e

Paula, Isabela Ramos de

A etiquetagem da democracia: um percurso entre a folksonomia e o vocabulário controlado / Isabela Ramos de Paula. – Rio de Janeiro, 2017.

65 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Brisa Pozzi de Sousa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
Graduação em Biblioteconomia, 2017.

1. Organização do conhecimento. 2. Folksonomia. 3.  
Library of Congress Subject Headings. 4. Democracia. I.  
Sousa, Brisa Pozzi de, orient. II. Título.

ISABELA RAMOS DE PAULA

**A ETIQUETAGEM DA DEMOCRACIA:**

um percurso entre a folksonomia e o vocabulário controlado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Bacharel em Biblioteconomia pela  
Escola de Biblioteconomia da Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Professora Mestre Brisa Pozzi de Sousa - UNIRIO  
Orientadora

---

Professor Doutor Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - UNIRIO  
Avaliador

---

Professora Mestre Tatiana de Almeida - UNIRIO  
Avaliadora

“Aos que já partiram, aos que aqui estamos e  
aos que ainda chegarão. Família somos todos.”  
(AZEVEDO, Francisco, 2008)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por permitir a minha chegada até aqui.

Aos meus pais, Ivone e Alfeu, por todo apoio e carinho. Obrigada por fazerem tudo por mim e pela nossa família.

A minha irmã favorita, Isadora.

As minhas avós, Ivonete e Norma, que são exemplos de mulheres batalhadoras.

Aos meus padrinhos, Mary e David, que mesmo longe se fizeram presentes.

A toda a minha família pelo incentivo.

À dona Ilza e à Cristina por sempre se preocuparem com o meu bem-estar e minha alimentação.

Aos professores da UNIRIO que foram a base e contribuíram para o meu aprendizado.

Às amigas, Bárbara, Mariana e Thais, que conheci na UNIRIO e estiveram comigo até o fim.

Aos amigos que fiz ao longo da vida.

À professora Brisa, minha orientadora, sempre muito atenciosa. Obrigada pela paciência e pelos ensinamentos.

## RESUMO

No decorrer de 2015 e 2016, houve manifestações políticas contra e a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, cuja característica principal foi o compartilhamento das *hashtags* no *Facebook*. Pretende-se investigar a folksonomia estruturada no *Facebook*, especificamente na representação de termos empregados nas postagens políticas e, assim, comparar com a representação do instrumento da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH). Escolheu-se a *tag* Democracia para ser comparada com a linguagem controlada da LCSH. A análise demonstra que de um lado, através da *tag*, cenário misógino negativo é retratado na representação e, de outro, na LCSH, a mulher vincula-se ao descritor *Democracy* (Democracia), pois o termo *Women and democracy* (Mulheres e democracia) se refere a um conceito com conotação mais específica. Também é nítida a hierarquia no descritor *Democracy* do vocabulário controlado por *Liberty* (Liberdade) e *Equality* (Igualdade), o que não ocorreu com a *tag*. Portanto, as formas de representação de termos, quer seja em redes sociais, quer seja observando e comparando a estrutura de linguagem controlada indicam envolvimento da Biblioteconomia no contexto da Organização do Conhecimento, sobretudo nos aspectos éticos que referenciam a representação da mulher.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Folksonomia. Controle de vocabulário. Library of Congress Subject Headings.

## **ABSTRACT**

In the course of 2015 and 2016, there was political demonstrations against and in favor of the impeachment of President Dilma Rousseff, whose main feature was the sharing of hashtags on Facebook. It is intended to investigate the folksonomy structured on Facebook specifically in the representation of employees in terms political posts and thus compare to a representation of the instrument from the Library of Congress Subject Headings (LCSH). The tag Democracy to be compared with the controlled language of LCSH. The analysis shows that on the one hand, through the tag, misogynistic scenario is depicted in representation, and the other, in LCSH, the woman binds to Democracy because the descriptor term Women and democracy refers to a concept with more specific connotation. It is also a clear hierarchy in the descriptor Democracy of controlled vocabulary for Liberty and Equality, which did not occur with the tag. Therefore, the forms of representation terms, whether in social networks, whether it is watching and comparing the structure of controlled language indicate involvement of librarianship in the context of the knowledge of organization, especially in ethical aspects that refer to the representation of women.

**Keywords:** Knowledge of organization. Folksonomy. Vocabulary control. Library of Congress Subject Headings.

## LISTA DE QUADRO E FIGURAS

|            |                                                                                                |    |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - | Levantamento das <i>hashtags</i> contra e a favor do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff..... | 15 |
| Figura 1 - | Busca <i>Democracy</i> – <i>Library of Congress</i> .....                                      | 49 |
| Figura 2 - | Relacionamentos do descritor <i>Democracy</i> .....                                            | 50 |
| Figura 3 - | Registros do termo específico <i>Women and democracy</i> .....                                 | 51 |
| Figura 4 - | Adesivos para carros.....                                                                      | 52 |
| Figura 5 - | Fotomontagem de Dilma Rousseff.....                                                            | 53 |
| Figura 6 - | Ato de sororidade.....                                                                         | 54 |
| Figura 7 - | Registros do termo específico <i>Liberty</i> .....                                             | 54 |
| Figura 8 - | Registros do termo <i>Equality</i> .....                                                       | 56 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |                                                                             |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------|
| BDC     | Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação                       |
| BRAPCI  | Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação |
| BT      | <i>Broader Terms</i>                                                        |
| DCE     | Diretório Central dos Estudantes                                            |
| DeCS    | Descritores em Ciências da Saúde                                            |
| ENANCIB | Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação                      |
| EUA     | Estados Unidos da América                                                   |
| ISKO    | <i>International Society for Knowledge Organization</i>                     |
| KO      | <i>Knowledge Organization</i>                                               |
| LC      | <i>Library of Congress</i>                                                  |
| LSCH    | <i>Library of Congress Subject Headings</i>                                 |
| MeSH    | <i>Medical Subject Headings</i>                                             |
| MBL     | Movimento Brasil Livre                                                      |
| NLS     | <i>National Library Service</i>                                             |
| NT      | <i>Narrower Terms</i>                                                       |
| OC      | Organização do Conhecimento                                                 |
| RT      | <i>Related Terms</i>                                                        |
| SciELO  | <i>Scientific Eletronic Library Online</i>                                  |
| SOC     | Sistema de Organização do Conhecimento                                      |
| STF     | Supremo Tribunal Federal                                                    |
| TCC     | Trabalho de Conclusão de Curso                                              |
| TE      | Termo Específico                                                            |
| TG      | Termo Genérico                                                              |
| TIC     | Tecnologias de Informação e Comunicação                                     |
| TR      | Termo Relacionado                                                           |
| TSE     | Tribunal Superior Eleitoral                                                 |
| TTI     | Tratamento Temático da Informação                                           |
| UBES    | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas                               |
| UNE     | União Nacional dos Estudantes                                               |
| UNIRIO  | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro                            |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                  |           |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                           | <b>10</b> |
| <b>2</b> | <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>                                          | <b>12</b> |
| <b>3</b> | <b>ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....</b>                                          | <b>18</b> |
| 3.1      | INSTRUMENTO PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: LISTA DE CABEÇALHO DE ASSUNTO..... | 22        |
| 3.2      | BIBLIOTECA DO CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....                       | 26        |
| 3.3      | FOLKSONOMIA.....                                                                 | 30        |
| <b>4</b> | <b>REDE SOCIAL <i>FACEBOOK</i>.....</b>                                          | <b>35</b> |
| <b>5</b> | <b>CENÁRIO POLÍTICO.....</b>                                                     | <b>40</b> |
| 5.1      | DEMOCRACIA.....                                                                  | 43        |
| <b>6</b> | <b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>                                   | <b>49</b> |
| <b>7</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                 | <b>58</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                          | <b>60</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo, norteador pelo desenvolvimento tecnológico, nos conduz a mudanças e reflexões sobre os instrumentos contidos na Organização do Conhecimento (OC).

Pela composição desse cenário com a Biblioteconomia, a motivação pela compreensão de formas colaborativas de indexação e sua estruturação como alternativa à organização, disseminação e recuperação de informações disponíveis na *web*, especificamente, no *site* da rede social *Facebook*, nutre a motivação para essa pesquisa.

O ponto de partida consiste em investigar a prática da folksonomia no *Facebook* no decorrer de 2015 e 2016 – pois nesse período houve grandes manifestações políticas contra e a favor do governo da presidenta Dilma Rousseff – cuja característica principal foi o compartilhamento de *hashtags* e o surgimento de eventos criados (no *Facebook*) a partir de temas associados à política.

Com a disseminação das redes sociais, uma nova forma de reunir pessoas para manifestar e/ou com o intuito de chamar a atenção para um determinado assunto foi criada na *web*. A utilização da *hashtag* tem se mostrado fundamental na articulação de tais mobilizações sociais, com práticas que apresentam, em muitos casos, repercussões para além do contexto *online* (RAPETTI, 2007).

A folksonomia é uma característica integrante da chamada *web 2.0* e poderia ser caracterizada como a classificação feita pelo usuário da informação, uma indexação colaborativa que ocorre através de termos escolhidos livremente, chamados de *tags*, etiquetas ou marcadores (RAPETTI, 2007).

Através do levantamento das *hashtags* que acompanham a saída da presidenta Dilma, se pretende investigar a folksonomia estruturada no *Facebook*, especificamente na representação de termos empregados nas postagens políticas e compará-los com o instrumento denominado Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress* (*Library of Congress Subject Headings – LCSH*).

Essas marcações sustentadas pela folksonomia envolvem implicações no processo de representação da informação, suas estruturas, elementos e objetos relacionados à OC em ambiente colaborativo. Em contrapartida, as representações por assunto realizada em catálogo de biblioteca também utiliza marcador, mas estruturado pelo controle do vocabulário.

Portanto, para investigar o cenário indicado, o problema de pesquisa consiste na seguinte indagação: a representação de *hashtags* no *Facebook* vinculada a um cenário político

possui alguma proximidade com a da Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*?

Sendo assim, o objetivo geral da investigação consiste em averiguar, através da folksonomia no *Facebook*, *hashtags* políticas, como forma de representar assuntos contra e a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e verificar a possibilidade de aproximação ou distanciamento com o termo do vocabulário controlado.

Os objetivos específicos são:

- a) apontar fundamentação teórica sobre a representação de assunto por linguagem controlada em relação a linguagem natural;
- b) investigar as *hashtags* e as imagens que nortearam o contexto do *impeachment* e indicar ponto de vista teórico para sua compreensão em relação ao controle de vocabulário;
- c) apresentar elementos que possibilitem compreensão para representação pela *hashtags* e vocabulário controlado.

Para buscar o que se propõe, o trabalho segue estruturado em outras sete seções, além dessa primeira Introdutória. A segunda seção aborda os Procedimentos Metodológicos; a terceira abrange a Organização do Conhecimento e se subdivide em outras quatro subseções, sendo abordado o Instrumento para Organização do Conhecimento: lista de cabeçalho de assunto; após, indicação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, Folksonomia e Rede Social *Facebook*; a quarta seção indica o Cenário Político que tangenciou a escolha do caminho a ser analisado sobre Democracia, apontado na subseção; a Análise e Discussão dos Resultados são apresentados na sexta seção; e na sétima e última seguem as Considerações Finais.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho estrutura-se a partir de uma pesquisa exploratória em torno do levantamento de *hashtags*, na rede social *Facebook*, e possível proximidade ou não com descritor da Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*. É sabido que a estrutura da linguagem natural pelas *hashtags* se difere da encontrada em descritores de uma linguagem controlada ou documentária, entretanto ambas são formas de representar assuntos. Assim, a investigação caminha no entendimento de serem formas de representação e, mesmo havendo diferença, proximidade pode existir na função que ambas cumprem de representar assuntos.

Para alcançar o que o trabalho propõe, a metodologia contempla fases, a saber: exploração do campo que engloba a escolha do espaço da pesquisa, o estabelecimento dos critérios de amostragem e a construção de estratégias para entrada em campo, como também a definição de instrumentos e procedimentos para a análise dos dados (MINAYO, 1999).

As fases metodológicas empregadas para essa pesquisa são:

- a) revisar a literatura sobre o tema folksonomia pela linguagem natural bem como a literatura sobre a linguagem controlada como instrumento de representação de assunto;
- b) levantar as *hashtags* mais utilizadas no *Facebook* no período de 2015-2016 envolvidas no cenário contra e a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff;
- c) selecionar *hashtags* e analisar a representação em linguagem natural com a linguagem controlada da Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*.

A exploração do campo tem auxílio do referencial teórico; a escolha do espaço da pesquisa decorreu da mídia social *Facebook* e a seleção das *hashtags* decorreu dos acontecimentos marcados pelo quadro político nacional, em que pela primeira vez no Brasil uma mulher eleita chegou ao cargo máximo de presidenta<sup>1</sup>, mas foi destituída. A amostragem e a estratégia utilizada como panorama da investigação decorreu de uma palavra bastante escrita na referida rede social: *impeachment*.

Portanto, adota-se para essa pesquisa o termo *impeachment* como sustentador do contexto político que embasou a análise. O dicionário Dicio (2017, *online*) define *impeachment* como “impugnação de mandato; processo de cassação feito a partir de uma

---

<sup>1</sup>Adere-se a palavra presidenta, pois Dilma afirmou preferir ser tratada pela forma flexionada feminina, como caracterização e demonstração que uma mulher tem condições de exercer o cargo que desejar.

denúncia crime contra uma autoridade, geralmente um presidente, sendo a sentença proferida pelo poder legislativo.”

Nesse caminho e, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica realizou-se de modo a contextualizar a Organização do Conhecimento pelo olhar de vários referenciais como Carlan (2010), Gomes (2009), Fujita (2008), Pinto (1985), Tartarotti (2016), dentre outros(as) autores(as). Após abordar a área de OC, fundamentou-se a literatura sobre Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) atingindo, especificamente, a lista de cabeçalhos de assunto, instrumento de linguagem controlada.

Em seguida, o referencial apresenta a história da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América (*Library of Congress*) e a utilização da sua Lista de Cabeçalhos de Assunto (LCSH) como instrumento de análise.

Após, também com aporte de referenciais teóricos, explica-se a folksonomia no *Facebook* e como é empregada para representar postagens políticas através das *hashtags* no período 2015-2016, anos marcados por grandes manifestações contra e a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Expõe-se o cenário político no qual Dilma Rousseff sofreu o processo de *impeachment* atrelando a isso um levantamento de *hashtags*. A seguir, vincula-se o conceito de democracia, para assim verificar como o termo é descrito na LCSH para comparar com a representação no *Facebook*.

O conceito de democracia foi trabalhado pela visão de Bobbio (1998), Santos (2002), Laranjeira ([2010?]) e do dicionário Michaelis (2017, *online*), pois proporcionaram um breve panorama sobre as definições do termo e uma reflexão sobre o cenário político no qual Dilma Rousseff foi destituída. Mas, antes de realizar a análise entre a *hashtags* e o descritor, houve embasamento a partir de Santos (2002) para fundamentar a sustentação teórica sobre democracia.

Em seguida, o descritor democracia foi indicado pela amplitude que assume no contexto de uma sociedade que tem o direito de escolher quem irá lhe governar e, inclusive, na reflexão que sustenta a participação de mulheres ocuparem cargos políticos. Esse fato deve ser destacado, principalmente quando se leva em consideração a égide do machismo e do patriarcalismo, na qual o homem ocupa o espaço público e, a mulher, o papel de mãe, esposa e dona de casa.

O levantamento bibliográfico para as seções sobre OC, SOC, Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América e LCSH consistiu em livros consultados na Biblioteca Central da UNIRIO, *sites* de busca como o *Google Acadêmico*, bases de dados como a BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação) e

SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). Não foi delimitado período temporal para o levantamento do referencial teórico, sendo o texto mais antigo utilizado de 1978 e o mais atual de 2016.

Já o levantamento das *hashtags* deu-se a partir do perfil no *Facebook* da pesquisadora e inicialmente foram utilizadas duas *hashtags*, uma contra e outra a favor do *impeachment* de Dilma, sendo elas: #ForaDilma e #FicaDilma. A partir disso, outras *hashtags* relacionadas ao assunto foram coletadas e arroladas e #Democracia foi selecionada por aparecer nos dois posicionamentos, ou seja, no lado contra e a favor do *impeachment*.

Como parte do objeto de pesquisa desse trabalho trata-se de um levantamento de *hashtags*, no *Facebook*, também elegeu-se o método da Netnografia como apoio. Ele consiste em uma adaptação dos processos etnográficos e incide na forma do pesquisador ter envolvimento pessoal pela observação das *hashtags*, com contato direto e, se necessário for, participação em atividades. É um método que permite selecionar e analisar atividades de usuários, como por exemplo, na formulação de *hashtags* (RODRIGUES, 2010). Entretanto, o foco do trabalho não foi na formação, mas a coleta e a observação de *hashtags* prontas.

De acordo com Braga (*apud* AMARAL et al., 2008, p. 34),

o neologismo “netnografia” (*nethnography* = net + *ethnography*) foi originalmente cunhado por um grupo de pesquisadores norte americanos, em 1995, para descrever o desafio metodológico de “preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para ‘seguir os atores’.”

A netnografia também leva em conta as práticas de consumo midiático, os processos de sociabilidade e os fenômenos comunicacionais que envolvem as representações do indivíduo dentro de comunidades virtuais. Faz-se necessário ressaltar que estas estão em constante transformação, apresentando-se em formas provisórias, além de representarem um fenômeno embrionário (AMARAL et al., 2008).

Outra definição consiste em indicar a netnografia, como o estudo de práticas comunicacionais mediadas por computador. Assim, observa-se a netnografia como um método qualitativo que amplia o leque epistemológico dos estudos em comunicação e cibercultura (AMARAL et al., 2008).

A pesquisa não centra no viés comunicacional, mas é medida de certa forma pelo computador. O *Facebook* é o ambiente escolhido para o aprofundamento da pesquisa, pois essa rede social foi bastante utilizada no período 2015-2016, momento de grandes

manifestações, contra e a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Pessoas protestavam através de postagens, com conteúdo político, representando assuntos por *hashtags*.

Com o propósito de compreender quais *hashtags* tiveram maior uso foi utilizado o perfil da pesquisadora no *Facebook*<sup>2</sup> para realizar a coleta, conforme segue no quadro 1.

Quadro 1 – Levantamento das *hashtags* contra e a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff

| <b>HASHTAGS A FAVOR</b>          | <b>HASHTAGS CONTRA</b>      |
|----------------------------------|-----------------------------|
| #ForaDilma                       | #FicaDilma                  |
| #ImpeachmentJá                   | #NãoVaiTerGolpe             |
| #TchauQuerida                    | #FicaQuerida                |
| #ForaPT                          | #FicaPT                     |
| #ForaLula                        | #LulaLadrãoRoubouMeuCoração |
| #LulaNaCadeia                    | #GolpeNoBrasil              |
| #Impeachment                     | #ForaTemer                  |
| #ForaCorruptos                   | #FicaLula                   |
| #CorruPTosNaCadeia               | #ForaCunha                  |
| #NãoVaiTerGolpeVaiTerImpeachment | #DilmaConteComigo           |
| #ChegaDePT                       | #ForçaQuerida               |
| #VaiTerImpeachment               | #PelaDemocracia             |
| #ChegaDeCorrupção                | #VoltaQuerida               |
| #DilmaNaCadeia                   | #ConfioEmDilma              |
| #ForaEsquerda                    | #BrasilComDilma             |
| #FimDoPT                         | #EuApoioDilma               |
| #ForaComunistas                  | #ContraOGolpe               |
| #LulaNuncaMais                   | #VaiTerLuta                 |
| #DilmaNuncaMais                  | #AFavorDaDemocracia         |
| <b>#Democracia</b>               | #GolpeNão                   |
| #LulaLadrão                      | #GolpeNuncaMais             |
| #LavaJato                        | #Dilma                      |
| #Política                        | <b>#Democracia</b>          |
| #Corrupção                       | #ForaMoro                   |

<sup>2</sup> O perfil da pesquisadora no Facebook é Isabela de Paula (<https://www.facebook.com/bela.depaula>).

|                       |                    |
|-----------------------|--------------------|
| #Dilma                | #DilmaMeRepresenta |
| #Lula                 | #NãoAoGolpe        |
| #PTNuncaMais          | #BrasilSemGolpe    |
| #DilmaNãoMeRepresenta | #NoCoupInBrazil    |
| #LulaNãoMeRepresenta  | #LulaLa            |
| #Panelaço             | #GloboGolpista     |
| #ChegaDeDilma         | #PT                |
| #ChegaDeLula          | #Golpe2016         |
| #ImpeachmentSim       | #Política          |

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

As *hashtags* foram escolhidas por meio do perfil da pesquisadora através da observação, análise e representação dos assuntos postados no *Facebook*. Os(as) usuários(as) e amigos(as) da rede social realizaram postagens expondo suas opiniões políticas e muitas vezes convocando pessoas a participarem de movimentos sociais, tendo as *hashtags* o papel de representar o tema da publicação, através da linguagem natural.

Então, a seleção foi feita pela busca no campo “pesquisar” do *Facebook*. As primeiras *hashtags* que deram início ao levantamento foram #ForaDilma e #FicaDilma e, a partir disso, outras *hashtags* relacionadas ao assunto foram coletadas e arroladas, como exposto no quadro 1. Sendo assim, o contexto ampliou-se para além dos(as) amigos(as) da pesquisadora, pois após digitar #ForaDilma e em seguida #FicaDilma no campo de busca do *Facebook*, foram disponibilizadas opções para a pesquisadora filtrar os resultados de sua pesquisa.

Com isso, as opções escolhidas para filtrar os resultados desta pesquisa foram: “qualquer pessoa”, “qualquer grupo”, “em qualquer lugar” e “qualquer hora”, e através dessa filtragem houve o direcionamento das *hashtags*. Inicialmente, são expostas todas as publicações de amigos(as) da pesquisadora e, em seguida, todas as publicações públicas de usuários(as) do *Facebook*. Dessa forma, as *hashtags* coletadas não se relacionam apenas com as *hashtags* dos(as) amigos(as) da pesquisadora mas também com outros(as) usuários(as) do *Facebook* que compartilharam as *hashtags* selecionadas.

Diante tantas *hashtags*, para o contexto dessa pesquisa uma foi escolhida para ser comparada com a linguagem controlada do descritor da Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*. Como a análise do trabalho é pelo viés qualitativo e não quantitativo e pelo motivo do curto espaço de tempo para elaboração dessa pesquisa, portanto 4 meses, a análise de outras *hashtags* é indicada como sugestão para futuras pesquisas.

Dentro deste panorama é possível notar a *tag* #Democracia presente tanto nas representações “contra” como “a favor” sendo esse motivo para sua escolha. Com isso, a marcação para a mesma *tag* que envolve a contextualização de aspectos de assuntos diferentes será a base para proceder a análise pelo descritor da LCSH.

Finalizada essa parte que aborda os procedimentos metodológicos que sustentam o caminho da pesquisa, na próxima seção segue caracterização da Organização do Conhecimento.

### 3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Definir o que é a área Organização do Conhecimento (OC) não é tarefa simples e, segundo Carlan (2010, p. 27),

o termo foi estabelecido por volta do ano 1900 com Charles A. Cutter, W. C. Berwick Sayers e Ernest Cushington Richardson. Em 1929, Henry Bliss, publicou o livro *The organization of knowledge and the system of the sciences* que representa uma das principais contribuições intelectuais da área.

Para Gomes (2009, p. 62), a OC está ligada à Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDC). No entanto, foi

a Biblioteconomia que desenvolveu instrumentos visando à organização de documentos, à informação, em especial, tabelas de classificação e tesouros, que tiveram seu surgimento nos centros de pesquisa científica e técnica, para serem usados por computadores. Esses instrumentos têm grande representatividade na literatura. Atualmente, cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no exterior associam bibliografia, catalogação, classificação, vocabulários controlados, bases de dados, indexação, metadados, processamento de linguagem natural, ontologia, como tópicos incluídos em organização do conhecimento.

O Tratamento Temático da Informação (TTI) vem ocupando, ao longo dos tempos, um espaço nuclear na área de Biblioteconomia e Documentação, na medida em que propicia a mediação entre a produção e o acesso da informação. Especificamente nesse contexto observam-se, historicamente, duas vertentes do TTI: uma primeira, de predominância anglo-saxônica, mais voltada para os instrumentos e produtos do TTI e uma outra, de matriz francesa, centrada nos elementos teórico-metodológicos atinentes aos processos de TTI (GUIMARÃES, 2011).

É importante ressaltar as correntes teóricas presentes na OC. Observa-se, assim, que a área de TTI, notadamente nas últimas décadas, vem caminhando rumo à sua consolidação teórico-metodológica, buscando construir suas bases epistemológicas. Nesse cenário, lugar privilegiado se encontra na *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) (GUIMARÃES, 2011).

De amplitude mundial e fundada em 1989, a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) é a principal sociedade científica responsável pela área denominada *Knowledge Organization* (KO) ou Organização do Conhecimento. A criação do capítulo brasileiro da ISKO, conhecido como ISKO Brasil, ocorreu em 2007, durante o 8º Encontro

Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) em Salvador (ISKO BRASIL, 2017, *online*).

A referida entidade possui um escopo amplo e interdisciplinar com a missão de incentivar o desenvolvimento de trabalhos conceituais sobre a organização do conhecimento em todas as suas formas, para qualquer propósito, como por exemplo, banco de dados, bibliotecas, dicionários e internet (ISKO BRASIL, 2017, *online*).

Como uma sociedade interdisciplinar, a ISKO reúne profissionais de diferentes áreas que agregam seus pesquisadores como associados. Os avanços têm se pautado no fortalecimento de sua área teórica, processos, produtos e métodos a partir do conhecimento e reconhecimento da relevância científica e social adquirida ao longo dos tempos, tendo em vista resultados como os sistemas de classificação universais, tabela Cutter, a análise facetada, mudanças tecnológicas, etc (FUJITA, 2008).

Dessa forma, podemos entender que a área tem como objeto de pesquisa o conhecimento e, suas atividades principais são a organização e a representação desse. As atividades em torno do conhecimento resultam instrumentos, processos e produtos, como facetas que vão se interpondo, para que tenham uso por outras áreas em ambientes institucionais (FUJITA, 2008).

Na visão de Barité (2001 *apud* FUJITA, 2008, p. 7),

o objeto de estudo da Organização do conhecimento é – a nosso juízo – o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e Documentação.

A OC se constitui em disciplina científica, inter e transdisciplinar cujo objetivo é gerir e difundir em nível de excelência a informação no âmbito dos arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação e museus, quer seja em ambientes atuais ou virtuais (MIRANDA, 2012).

Como definem Bräscher e Café (2008, p.8),

a Organização do Conhecimento é o processo de modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento.

Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional. A OC lida com conceitos que figuram no campo das ideias, em nível cognitivo. Os processos da Organização do Conhecimento têm como objetivo a representação da forma como os conceitos se relacionam dentro de um domínio de conhecimento, gerando como produto a representação do conhecimento.

A OC é a ciência que ordena a estruturação e sistematização dos conceitos, de acordo com suas características, que podem ser definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de valores, dos referentes conteúdos dos objetos ou assuntos. A partir dessa organização do conhecimento criam-se ferramentas que apresentam a interpretação organizada e estruturada do objeto, chamados de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) (CARLAN, 2010).

Os SOC são instrumentos que possibilitam a organização de estruturas semânticas de conhecimento e são caracterizados pelos sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, tesouros, ontologias, entre outros, exigem normas e metodologias adequadas de construção e atualização para finalidades e aplicações específicas (BOCCATO, 2011).

A forma como o conhecimento é adquirido, representado, gerido e explorado mudou com o mundo conectado e as novas funcionalidades associadas, sugerindo que questões relacionadas com o conhecimento no mundo digital devem ser incluídas como objeto de pesquisa do campo da Organização do Conhecimento (TARTAROTTI et al., 2016).

Nesse sentido, um dos desafios é acompanhar a dinâmica do tratamento documental, face às mudanças tecnológicas e culturais na contemporaneidade, com destaque para a *web 2.0*, em que emerge a abordagem da indexação social ou folksonomia como uma nova forma de organizar e compartilhar os conteúdos disponíveis na internet (TARTAROTTI et al., 2016).

A introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), neste contexto, alterou significativamente as formas de produção, armazenamento, processamento e disseminação da informação, possibilitando a utilização de recursos eletrônicos que favorecem o aprimoramento e a agilização do processo de transferência de informação. Nesta realidade, são poucos os atores que podem influenciar as decisões da realidade sociopolítica, caracterizada pela desfragmentação dos centros de decisão e, conseqüentemente, dos próprios cidadãos em intervir de maneira efetiva sobre seu ambiente (TARTAROTTI et al., 2016).

O conhecimento registrado é geralmente representado em uma declaração de assuntos que consiste em termos. Os termos sustentam conceitos e os combinam numa declaração de assuntos, de acordo com um padrão de relações. Isto é, cada assunto tem sua própria estrutura. As unidades, ou seja, conceitos ou ideias isoladas identificadas na descrição de um assunto particular são pontos na estrutura ou redes de relações. A estruturação de conceitos componentes em um assunto desempenha um papel vital na comunicação, aprendizagem e memória. Desta forma, através dos conceitos e suas relações poderá se obter resultados mais satisfatórios na busca e na recuperação da informação na *web* (MIRANDA, 2012).

Antes da recuperação da informação deve-se observar que o processo de representação na Biblioteconomia é pautado, de acordo com Boccato (2011, p. 167),

com os sistemas de organização do conhecimento possuem características distintas para determinados contextos de aplicação como, por exemplo, a lista de cabeçalhos de assuntos: sistemas basicamente classificatórios, formados por um conjunto de termos para representar os assuntos dos itens de uma coleção de acordo com regras estabelecidas de combinação de termos na constituição de cabeçalhos compostos.

Ao considerarmos a representação nos termos na perspectiva e do funcionamento das línguas de especialidades, devemos levar em conta não só os aspectos cognitivos que atingem a delimitação conceitual, mas também as dimensões culturais, políticas e sociais que demarcam o uso terminológico no processo comunicativo (CAFÉ et al., 2014).

Deste modo, qualquer conjunto de termos e/ou símbolos usados para denominar classes de assuntos em sistemas de recuperação da informação constitui uma linguagem de indexação (PINTO, 1985).

Para Pinto (1985, p. 171), as linguagens de indexação atuam nos sistemas de recuperação de informações em dois níveis:

orientando o indexador sobre quais os melhores termos para a representação do assunto de um documento e orientando o usuário/pesquisador sobre a escolha dos termos indexadores que corresponderiam à representação do assunto por ele procurado. [...] Essas orientações vão desde o simples controle de termos sinônimos, até a construção de complexas redes de referência cruzadas, dando ao usuário outras opções de busca em relação ao assunto procurado.

A complexidade dos assuntos está intrinsicamente relacionada com os aspectos de pré e pós-coordenação de conceitos na recuperação de informações (PINTO, 1985).

As linguagens pré-coordenadas são aquelas que combinam ou coordenamos termos no momento da indexação. Fazem parte desse grupo: as listas de cabeçalhos de assunto e os esquemas de classificações bibliográficas. As linguagens pós-coordenadas são aquelas que combinam ou coordenam os termos no momento da busca. São utilizadas principalmente em sistemas automatizados como os tesouros, por exemplo (ARAÚJO, 2011).

Com a finalidade de atender ao usuário, desenvolveram-se técnicas, instrumentos e serviços biblioteconômicos, tais como listas de cabeçalhos de assunto. Apesar de ser um sistema pré-coordenado, atualmente assumem estrutura do tesouro, pois apresenta uma rede de relacionamentos.

Segundo Barradas Martins (2014, p. 49), “houve uma progressiva ‘tesaurificação’ das listas de cabeçalhos de assuntos com o aparecimento das bases de dados, embora muitas bases de ciências sociais continuem a utilizar cabeçalhos de assuntos”.

As listas de cabeçalhos de assunto assumem a postura do tesouro, por conta dos relacionamentos e, portanto, deixam de ser pré-coordenados. Antes, os termos das listas de cabeçalhos eram listados alfabeticamente.

Sendo assim, o foco da próxima subseção é caracterizar e descrever esse instrumento.

### 3.1 INSTRUMENTO PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: LISTA DE CABEÇALHO DE ASSUNTO

O conceito mais difundido de cabeçalhos de assunto, segundo Cesarino e Pinto (1978, p. 273) “é definido como palavra ou grupo de palavras que expressam o conteúdo de um documento”.

Nos Estados Unidos da América, na última década do século XIX, Cutter publica as regras para o catálogo-dicionário que representam uma tentativa de estabelecimento de princípios para atribuir cabeçalhos para fichas de assuntos. No final do século, a Europa já possuía uma estruturação de assuntos organizados pelos nomes das grandes classes, sendo classes gerais seguidas de termos específicos (ARAÚJO, 2011).

A palavra termo é usada de forma generalizada para representar qualquer forma de classe, subclasse, cabeçalhos de assunto, unitermo, palavras ou frases compostas (CESARINO; PINTO, 1978).

De acordo com Barros (2011, p. 19) as linguagens documentárias são vocabulários controlados e,

por tradição, consideradas instrumentos de controle terminológico e que atuam na representação da informação obtida pela análise e síntese de textos. Como exemplo de linguagens documentárias tem-se: os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalho de assuntos e os tesouros.

Cesarino e Pinto (1978) apontam que cada classe recebe um nome, chamado termo indexador e o conjunto de termos indexadores é denominado Linguagens de Recuperação de Informações ou Linguagens de Indexação. Assim,

todas as linguagens de indexação exercem a mesma função nos sistemas de recuperação da informação:

- a) representam o assunto de uma maneira consistente;
- b) permitem a coincidência entre linguagem do indexador e do pesquisador;
- c) possibilitam ao indexador modular o nível de sua pesquisa, do mais geral para o mais específico, e vice-versa, segundo a necessidade do usuário. (CESARINO; PINTO, 1978, p. 271-273).

As listas de cabeçalhos de assunto são linguagens pré-coordenadas, controladas, de estruturas associativa ou combinatória de palavras ou expressões de diversas áreas do conhecimento, que podem ter vínculo com o domínio específico, como por exemplo, *Medical Subject Headings* (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), cuja finalidade é a de representar para recuperar a informação. Possuem regras específicas para as formas de entrada dos cabeçalhos e do uso de abreviaturas (BOCCATO, 2011).

Como toda linguagem de indexação, uma lista de cabeçalhos de assunto é composta de vocabulário e sintaxe, portanto, deve apresentar um vocabulário, ou seja, uma lista de termos aprovados para representar assuntos e regras formais para uso destes termos. Com a sistematização dessas apresentações de assuntos, as listas passaram a ser organizadas alfabética ou sistematicamente (CESARINO; PINTO, 1978).

A diferença fundamental entre o catálogo-dicionário e o catálogo alfabético-por-classe ou o catálogo sistemático, reside no critério de escolha do termo de entrada. No primeiro, a entrada de assunto é direta, sem mediação de um termo mais amplo, sendo o cabeçalho tirado do uso comum. No catálogo alfabético-por-classe ou no sistemático o cabeçalho de entrada é representativo de uma classe com subdivisão de cabeçalhos relativos à ordem imediatamente inferior (GOMES, 2009).

Gomes (2009, p. 1) ressalta que quando Cutter estabeleceu os princípios do catálogo-dicionário excluiu o princípio da subdivisão por ser esta a grande característica do catálogo alfabético-por-classe e do sistemático, e ainda segundo a referida autora:

a grande característica do catálogo-dicionário seria, então, a entrada direta, sem intermediação. Usando a linguagem natural como base para o estabelecimento dos cabeçalhos, apenas as entradas de lugar teriam subdivisões de assunto, mantendo-se, assim, a sintaxe da língua (inglesa, no caso).

O catálogo-dicionário foi concebido, portanto, para não ter subdivisões, exceto nos casos em que a entrada fosse nome de um lugar (cidade, país, etc.). Entretanto, há subdivisões de vários tipos (GOMES, 2009).

Alguns fatores determinaram o aparecimento e a formalização dos cabeçalhos de assunto e são apontados por Cesarino e Pinto (1978, p. 274):

- os títulos das obras não representavam adequadamente o assunto das mesmas;
- problemas relativos às subdivisões de assunto;
- as obras de mais de um assunto;
- livro de assuntos relacionados;
- obras que relacionavam os assuntos e lugares e épocas diferentes.

Ainda segundo Cesarino e Pinto (1978, p. 276) a descrição dos cabeçalhos de assunto caracterizam-se porquê:

1. representam uma linguagem muito estruturada e pré-coordenada, oferecendo ao pesquisador possibilidades limitadas de modular a sua pesquisa;
2. representam um modelo de vocabulário controlado, onde os termos devem ser escolhidos em um dicionário já existente. São, portanto, sistemas fechados de recuperação da informação;
3. exerce uma função prescritiva;
4. são linguagens não-hierárquicas;
5. são, basicamente, enumerativos, oferecendo poucas possibilidades de síntese;
6. arranjo alfabético,
7. linearidade.

Os cabeçalhos de assunto têm a sua origem nos catálogos de bibliotecas, e são projetados para a indexação pré-coordenada dos itens das suas coleções, usualmente de âmbito universal. A pré-coordenação é frequentemente usada para combinar conceitos individuais em assuntos compostos ou complexos na fase da indexação, construindo-se cabeçalhos mais específicos mediante a atribuição de subdivisões. Ao contrário dos tesauros, as listas de cabeçalhos de assunto incluem muitos componentes pré-combinados de termos. Num sistema pré-coordenado os termos autorizados atribuídos a um documento são combinados sintaticamente numa ou mais sequências representando as combinações

disponíveis para fins de recuperação. O exemplo de referência de uma lista de cabeçalhos de assunto, que tem sido adaptada em muitos países é a lista de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress* (BARRADAS MARTINS, 2014).

Barradas Martins (2014, p. 50) afirma que estes sistemas partilham algumas características dos tesauros e dos esquemas de classificação.

Como um tesauro, representa assuntos na forma de termos ou frases, e como um esquema de classificação sintético, têm regras sintáticas para combinação de termos em cadeias pré-coordenadas que representam conceitos e assuntos mais complexos. De fato, muitos sistemas de cabeçalhos incluíram algumas características estruturais dos tesauros, como por exemplo, as referências de *Broader Terms* (BT) ou Termo Genérico (TG), *Narrower Terms* (NT) ou Termo Específico (TE), e *Related Terms* (RT) ou Termo Relacionado (TR). Os tesauros são atualmente muito usados em catálogos *online* e em bibliografias nacionais, pois é possível aplicar os seus princípios básicos a qualquer linguagem de indexação.

Tal como nos tesauros, para estruturar os esquemas de cabeçalhos de assunto são usados os dois tipos de relações semânticas, entre termos (equivalência) e entre conceitos (hierárquicas e associativas). Inicialmente a forma como estas relações estavam incorporadas nas listas de cabeçalhos de assunto foi criticada por ter algumas deficiências (como a estrutura hierárquica imperfeita, ou as relações associativas não diferenciadas das hierárquicas), que se foram normalizando mediante critérios similares aos da elaboração de tesauros (BARRADAS MARTINS, 2014).

Desde o surgimento dos sistemas pós-coordenados com o conceito de ‘unitermos’, que se constatou a conveniência de estabelecer certa pré-coordenação nos termos autorizados com vista a evitar as falsas coordenações. Por outro lado, o progresso de diversos tesauros foi aproveitado convenientemente no aperfeiçoamento das listas de cabeçalhos de assunto usados nas bibliotecas (BARRADAS MARTINS, 2014).

Na atualidade, um sistema de indexação de assuntos pode abranger aspectos de ambos os tipos relacionados um com o outro, ou seja, incluir uma lista de cabeçalhos de assunto ou um tesauro para controle do vocabulário e das relações semânticas, e regras sintáticas para a construção de cabeçalhos (BARRADAS MARTINS, 2014).

E é a partir dos conhecimentos adotados pela *Library of Congress*, e à luz da teoria dos conceitos, que uma nova proposta é apresentada, de sorte a tornar o sistema mais simples, ágil, inequívoco e, até certo ponto, passível de se adaptar a outros sistemas baseados também em conceitos (GOMES, 2009).

A seguir aborda-se a estrutura da lista de cabeçalhos de assunto da LC.

### 3.2 BIBLIOTECA DO CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América ou em inglês *Library of Congress* (LC) é a maior biblioteca do mundo, possui no acervo milhões de livros, gravações, fotografias, jornais, mapas e manuscritos em suas coleções. A Biblioteca é o principal canal de pesquisa do Congresso dos Estados Unidos e é a sede do Escritório de Direitos Autorais dos Estados Unidos da América (EUA). A Biblioteca preserva e fornece acesso a uma fonte rica, diversa e duradoura de conhecimento para informar, inspirar e envolver o usuário em seus esforços intelectuais e criativos. Possui uma equipe pronta para ajuda *online* e pessoalmente independente de ser um usuário novato ou um pesquisador experiente (*LIBRARY OF CONGRESS, 2017, online*).

A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América foi criada por um ato do Congresso em 1800, quando o presidente John Adams assinou um projeto de lei que prevê a transferência da sede do governo da Filadélfia para a nova capital de Washington. A legislação descrevia uma biblioteca de referência, contendo "os livros necessários para o uso do Congresso - e para montar um aparato adequado para contê-los..."(*LIBRARY OF CONGRESS, 2017, online*).

Quando o edifício da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América abriu suas portas para o público em 1 de novembro de 1897, foi saudado como um glorioso monumento nacional e "o maior, o mais caro e mais seguro" edifício de biblioteca no mundo (*LIBRARY OF CONGRESS, 2017, online*).

Os serviços oferecidos pela *Library of Congress* são muitos, como:

- a) aquisições;
- b) pergunte a um bibliotecário;
- c) catalogação e classificação;
- d) programas de catalogação cooperativa;
- e) direito autoral;
- f) serviços de duplicação (fornecimento de cópias digitais, de microfilme e papel, bem como reproduções personalizadas por uma taxa das coleções da Biblioteca);
- g) empréstimo entre bibliotecas;
- h) biblioteca jurídica;
- i) cartão de biblioteca (registro do leitor);
- j) padrões de biblioteca (padrões técnicos fundamentais usados na comunidade da biblioteca);
- k) serviço de vocabulários controlados e autoridades para descrever e indexar recursos de informações;
- l) preservação;

- m) publicação (recursos para editoras, editores e público interessado em publicações da Biblioteca e oportunidades de co-publicação),
- n) descrição e acesso ao recurso (informações sobre a implementação de RDA, incluindo política de catalogação, práticas, treinamento e muito mais) (*LIBRARY OF CONGRESS*, 2017, *online*).

A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América também disponibiliza programas de acesso à:

- a) cultura;
- b) música;
- c) preservação digital;
- d) biblioteca digital mundial;
- e) poesia e literatura,
- f) projeto de história dos veteranos de guerra;
- g) conselho de direitos autorais (supervisão de licenças legais da lei de direitos autorais, fixação de taxas e determinação da distribuição de *royalties*);
- h) centro para o livro (promover livros, leitura, bibliotecas e alfabetização através de seu centro nacional em Washington (EUA) e seus centros afiliados em todo o país);
- i) John W. Kluge Center (acesso às coleções da Biblioteca, abrangendo conversas com líderes de políticas públicas),
- j) NLS (*National Library Service*): Serviços para cegos e deficientes físicos (*LIBRARY OF CONGRESS*, 2017, *online*).

A *Library of Congress* possui um recurso mundial incomparável. A coleção de mais de 158 milhões de itens inclui mais de 36 milhões de livros catalogados e outros materiais impressos em 460 línguas; Mais de 69 milhões de manuscritos; A maior coleção de livros raros da América do Norte; e a maior coleção mundial de materiais legais, filmes, mapas, partituras e gravações de som (*LIBRARY OF CONGRESS*, 2017, *online*).

A Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC (*Library of Congress Subject Headings – LCSH*) é baseada na linguagem natural tendo como base o termo. Trata-se de um modelo pré-coordenado, de modo que o assunto é estabelecido no momento da catalogação. O controle do vocabulário se dá no plano da língua, um dado cabeçalho só tem um ponto de acesso, isto impede que todos os aspectos de assunto fiquem representados na catalogação, o que compromete o nível de especificidade necessária, o que leva implicações na hora da recuperação da informação (ARAÚJO et al., 2011).

A gramática e a sintaxe do cabeçalho de assunto foram estabelecidas, portanto, a partir da gramática (da língua inglesa) e o vocabulário ditado pelo uso do público (GOMES, 2009).

Ainda de acordo com Gomes (2009, p. 2) observa-se que a lista de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress* é enumerativa,

torna-se necessário consultar cada entrada (e suas subdivisões) para saber se é possível usar determinada combinação de cabeçalhos de assuntos + subdivisão. A LC considera subdivisão aquelas palavras ou expressões separadas do cabeçalho principal por hífen.

A Divisão de Classificação da LC instituiu uma regra para ordenar cabeçalhos com mais de um nome de país, numa forma, pode-se dizer, ditada pela "regra do substantivo". Identifica-se uma diversidade de formas e reúne provas suficientes para demonstrar que, de modo geral, cabe ao catalogador decidir onde deve aparecer o novo cabeçalho (entre quais outros dois cabeçalhos mais antigos, ou em que subgrupos) (GOMES, 2009).

Gomes (2009, p. 7) garante que a subdivisão usada na *Library of Congress*. A subdivisão por tópicos sendo a que mais sofre questionamento pelo fato de se caracterizar como uma entrada de catálogo alfabético-por-classes. Sendo assim,

a LC reconhece quatro tipos de subdivisões:

- subdivisão por tópicos;
- subdivisão por local, ou geográfica;
- subdivisão por período, ou tempo,
- subdivisão por forma (GOMES, 2009, p. 8).

Na *Library of Congress* usa-se subdivisão, por local ou geográfica, quando o assunto tratado se limita a uma área geográfica ou política. Aplica-se igualmente a assuntos que possuam uma conotação geográfica. Usa-se, também, subdivisão, por período ou tempo, sob cabeçalhos que designem a história de um lugar ou de assunto. Tais subdivisões podem ser expressas por termos ou números. Usa-se a subdivisão de forma sempre que a obra estiver numa forma especial. Tal subdivisão descreve o modo como um tópico é tratado (GOMES, 2009).

Gomes (2009, p. 10) afirma que “a LC não definiu o que entende por "especificidade" e isso tem dificultado o entendimento do que seria uma entrada estruturada por classe”.

A dificuldade que a *Library of Congress* vem enfrentando para a solução de problemas talvez se deva à falta de uma explicitação do que se considera "especificidade" e, também, à dificuldade em aceitar o relacionamento entre noções - que está sendo visto como subdivisão - desde que estas não sejam coextensivas (GOMES, 2009).

A *Library of Congress* tem seu desenvolvimento baseado nos princípios de Cutter, uniformidade e singularidade dos títulos, consistência interna, estabilidade, entrada direta, pré-coordenação e pós-coordenação (MONTALVOMONTALVO, 2011, tradução nossa).

Segundo Cutter, são princípios básicos para estabelecimento de um cabeçalho de assunto: o uso e a entrada direta específica (GOMES, 2009).

A Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC é caracterizada nos seguintes aspectos:

- a) compõe o vocabulário controlado mais extenso que foi desenvolvido no Ocidente;
- b) possui enorme riqueza léxica e temática;
- c) fornece o controle de sinonímia e homonímia;
- d) contém referências hierárquicas e associativas;
- e) é utilizada extensamente por outras instituições nacionais e internacionais;
- f) dispõe de numerosas traduções e adaptações;
- g) possui uma história documentada,
- h) há o apoio da *Library of Congress* (MONTALVO MONTALVO, 2011, tradução nossa).

Montalvo Montalvo (2011, p. 4, tradução nossa) ressalta que para alguns autores, os usuários não assimilaram a estrutura hierárquica da LCSH. Os resultados sugerem medidas para simplificar a síntese da lista de cabeçalhos de assunto da LC,

que se padronizará a ordem das entradas, desconstruindo as entradas muito grandes. Enquanto a pesquisa por palavra-chave e o desenvolvimento de novas gerações de catálogos em linha e interfaces adaptadas ao FRBR estão ajudando os usuários a realizarem pesquisas mais gerais ou mais específicas sem ter, necessariamente, que conhecer a hierarquia da lista de cabeçalhos de assunto, a maioria das entradas ainda estão sendo construídas na horizontal.

A introdução da automatização em quase todos os sistemas de recuperação de informação modificou o comportamento dos sistemas puramente pré-coordenados, e foi produzindo gradualmente uma aproximação entre sistemas pós-coordenados e pré-coordenados (BARRADAS MARTINS, 2014).

A pré-coordenação é um dos pontos fortes na hora de hierarquizar as entradas e, também, um dos aspectos menos compreendidos pelos usuários. [...] No entanto, a pós-coordenação constitui-se uma opção viável para as bibliotecas e centros de informação que desejam explorar o potencial de um vocabulário normalizado que se constrói em sentido vertical (MONTALVO MONTALVO, 2011, tradução nossa).

De acordo com os aspectos levantados é possível notar a caracterização da LCSH como um instrumento de controle. Em busca da discussão que esse TCC propõe pela análise da representação entre a linguagem controlada e a natural, na próxima subseção aborda-se a fundamentação sobre folksonomia.

### 3.3 FOLKSONOMIA

*Folksonomy* (folksonomia), termo criado por Thomas Vander Wal, que une as palavras *folk* (povo, em inglês) com taxonomia (estudo da classificação das coisas) (RAPETTI, 2007). Assim sendo, a palavra folksonomia pode ser definido como classificação feita por pessoas ou classificação social.

Para Vander Wal (2007 *apud* CATARINO; BATISTA, 2007, p. 3),

a folksonomia é o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas a informações ou objetos (qualquer coisa com URL), visando à sua recuperação. A atribuição de etiquetas é feita num ambiente social (compartilhado e aberto a outros). A etiquetagem é feita pelo próprio consumidor da informação.

Vander Wal adota o termo etiquetar, ou utilizar etiquetas (*tags*), para indexar conteúdos na *web* de forma colaborativa. As *tags*, abreviação de *tagging*, são as etiquetas sociais, as palavras-chave ou termos que os usuários utilizam para indexar seus conteúdos (VIGNOLI, 2014).

Etiquetagem significa atribuir etiquetas a conteúdos disponíveis na *web*. É uma forma de indexação livre, em linguagem natural onde não há controle de vocabulários, regras ou políticas de indexação. Os conteúdos são indexados livremente pelos usuários dos recursos. A peculiaridade da folksonomia está no fato dos usuários produzirem seus próprios descritores, utilizando a linguagem natural (BARROS, 2011). Vob (2007 *apud* BARROS, 2011) afirma que a etiquetagem tem sido apontada como uma forma nova de organização do conhecimento que difere das formas tradicionais.

É neste contexto que nasce um novo conceito no âmbito da organização do conhecimento: a folksonomia. Pode, ainda, ser entendida como etnoclassificação, classificação cooperativa, indexação social, indexação colaborativa, classificação colaborativa, *social tag* (se referem aos conjuntos de *tags* individuais compartilhados por uma comunidade de usuários) dentre outras denominações (RUFINO, 2010).

Assim, numa linguagem biblioteconômica, pode-se dizer que a folksonomia é um trabalho colaborativo de classificação das informações, onde os usuários indexam as informações a partir de *tags* e compartilham tais informações com outros usuários para a construção de novos valores sociais e, principalmente, para a disseminação de informações na *web* (ROCHA; MORENO, 2012).

Segundo Catarino e Baptista (2007, p. 13),

uma das vantagens é a possibilidade de formar, automaticamente, comunidades em torno de assuntos de interesse na medida em que, ao utilizar serviços de folksonomia, o usuário tem acesso aos outros usuários que têm os mesmos interesses identificados através das etiquetas. Outra característica que se destaca é a de que não há uma regra preestabelecida de controle dos vocabulários. Esta característica pode ser vista como uma vantagem na medida em que os usuários dos recursos expressam, ao etiquetar estes conteúdos, a sua estrutura mental em relação àquela informação: há uma liberdade de expressão que possibilita abarcar todas as formas de ver um mesmo conteúdo, respeitando as diferenças culturais, interpretativas, etc.

A folksonomia tem a capacidade de adaptar-se rapidamente a mudanças e necessidades do usuário. Reflete, diariamente, o vocabulário dos usuários e há, ainda, a vantagem de todos os recursos etiquetados estarem disponíveis na *web* e, portanto, acessíveis de qualquer aparelho que esteja ligado à Internet. Segundo Tartarotti (et al., 2016, p. 10),

tem como base a navegação social onde são exploradas as próprias preferências do usuário para definir a relevância dos conteúdos. A navegação social utiliza um critério humano simples e interessante: os próprios usuários escolhem ou votam em um conteúdo, segundo suas opiniões pessoais.

A folksonomia teve origem na *web 2.0*, também chamada de *web* participativa, onde ocorreu a revolução dos *blogs* e *chats*, das mídias sociais colaborativas, das redes sociais e do conteúdo produzido pelos próprios internautas. São ambientes em que os usuários constroem e compartilham informações a todo o momento. Tais espaços colaborativos caracterizados por uma intensa troca, fluxos e mediação de informações bem como pela geração de conhecimento por parte dos usuários que ali interagem propiciaram o surgimento das *tags* com o intuito de disseminar e recuperar informações na *web* (RAPETTI, 2007).

Cunha (2015, p. 26) afirma que Vander Wal definiu tipos diferentes de folksonomia, sendo eles:

na folksonomia aberta, vários usuários podem colocar etiquetas no mesmo objeto, e cada um pode colocar sua própria etiqueta utilizando seu próprio vocabulário. Essa característica da folksonomia aberta permite que um único objeto possa receber etiquetas de milhares de usuários diferentes. Com relação às folksonomias restritas, um grupo de usuários bem mais reduzido, ou, às vezes, até mesmo um único usuário, coloca etiqueta em um objeto. A folksonomia pessoal, que é a que acontece, por exemplo, no *Gmail*, quando o usuário coloca em seus *e-mails*, etiquetas para organizá-los para seu uso pessoal.

Segundo Vander Wal (2007 *apud* VIGNOLI, 2014, p. 125), a folksonomia foi construída exatamente para este fim, o compartilhamento entre usuários em ambientes *web*, e deve possuir três características:

- 1) *tag*;
- 2) objeto marcado,
- 3) identidade, que juntos farão com que a informação etiquetada não possua ambiguidade e possa ser recuperada.

As *tags* são utilizadas para organizar e facilitar a busca de páginas e recursos na internet, habilitando os usuários a criarem termos que melhor representem o documento ou objeto que pretendem classificar. Todo esse processo ocorre de maneira clara e objetiva, o usuário acrescenta uma ou mais *tags* a seu conteúdo, usando o critério que julgar mais relevante para o momento da busca (RUFINO, 2010).

A definição de um vocabulário depende de regras estabelecidas socialmente entre uma comunidade específica, e isso depende de valores culturais (ROCHA; MORENO, 2012).

Para Barros (2011, p. 22) as etiquetas são úteis para a descrição e organização de conteúdos particulares,

mas podem também ser potencializadas e favorecer a coletividade quando compartilhadas e trabalhadas de forma associativa, uma vez que permitem a construção de um repositório colaborativo direcionado a interesses de grupos.

O fato de a folksonomia ser construída a partir de dados obtidos dos próprios usuários é algo positivo no sentido da garantia do uso, ou seja, o termo usado para representar o documento será o mesmo usado para recuperá-lo posteriormente, por determinado usuário. As falhas mais citadas do processo de etiquetagem são as de falta de padronização: não há regras para a aplicação de etiquetas. Desta forma, o vocabulário é totalmente livre, gerando vantagens e desvantagens da utilização (BRANDT; MEDEIROS, 2010).

Rocha e Moreno (2012, p. 4), arrolam as vantagens e as desvantagens da utilização da folksonomia e,

sendo as vantagens:

- a) filosofia colaborativa/social;
- b) informação distribuída;
- c) formação de comunidades;
- d) riqueza semântica;
- e) baixo custo;
- f) *feedback* imediato;
- g) vocabulário feito pelos usuários;

- h) inexistência de regras e padrões de vocabulário;
- i) a possibilidade de identificar, por meio das *tags*, quais grupos de pessoas estão interessados em determinados assuntos;
- j) aumento das chances de o usuário obter, em muito menos tempo, as informações necessárias que ele deseja;
- k) grande quantidade de informações sendo gerada em um curto período de tempo por vários interessados no assunto;
- l) aumento da participação de usuário na classificação de conteúdos,
- m) a prática de categorização de usuários na classificação de conteúdos.

sendo as desvantagens:

- a) estrutura plana;
- b) informação controlada/centralizada;
- c) diferenças linguísticas;
- d) polissemia;
- e) baixa precisão;
- f) erros ortográficos;
- g) incompatibilidade no vocabulário,
- h) sem controle de sinônimos, plurais, grafia, etc.

A folksonomia contribui grandemente para popularizar as novas perspectivas de classificação de documentos digitais e amplia as possibilidades de compartilhar novas significações de termos e conceitos socialmente pré-estabelecidos e debatidos em ambientes virtuais (ROCHA; MORENO, 2012).

Nos processos de indexação convencional, o usuário não é um participante ativo, mas o pressuposto da garantia de usuário faz com que ele não seja esquecido. Na folksonomia, é ele próprio quem assegura esta garantia, além de ser o responsável pela representação do recurso e da facilidade ou não de sua recuperação (CUNHA, 2015).

A formulação do princípio da garantia literária é a qualificação para a escolha e para os sistemas de organização do conhecimento em geral (BARITÉ ROQUETA, 2011, tradução nossa). O que significa que a base para a classificação deve ser encontrada na literatura publicada atual em vez de ideias ou conceitos filosóficos abstratos no universo do conhecimento ou na ordem da natureza e do sistema das ciências (HULME, 1911 *apud* BARITÉ ROQUETA, 2011, tradução nossa).

A garantia de usuário se define pela justificação para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferido por causa de solicitações frequentes de informações sobre o conceito ou pesquisa de texto livre no termo pelos usuários de um sistema de armazenamento e recuperação de informações (*National Information Standards Organization*, 2005 *apud* BARITÉ ROQUETA, 2011).

Segundo Lancaster (*apud* BARITÉ ROQUETA, 2011, tradução nossa), um termo é justificado se os pedidos de informações neste nível de especificidade provavelmente serão feitos com bastante frequência pelos usuários do sistema.

O uso da folksonomia é um dos pontos que caracteriza as redes sociais e o foco do TCC envolve o *Facebook* como ambiente que comporta as representações em linguagem natural pelas *tags*. Sendo assim, esse ambiente constitui o lugar de coleta de *hashtags* para análise e comparação com a linguagem controlada LCSH.

#### 4 REDE SOCIAL FACEBOOK

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). É uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores (RECUERO, 2009).

De acordo com Recuero (2009, p. 25) os atores são o primeiro elemento de uma rede social, representados pelos nós (ou nodos).

Trata-se das pessoas envolvidas na rede que se analisa. Como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais. Assim, entender como os atores constroem esses espaços de expressão é também essencial para compreender como as conexões são estabelecidas. É através dessas percepções que são construídas pelos atores que padrões de conexões são gerados.

Enquanto os atores representam os nós/nodos da rede em questão, as conexões de uma rede social podem ser percebidas de diversas maneiras. Em termos gerais, as conexões em uma rede social são constituídas dos laços sociais, que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores (RECUERO, 2009).

Em 2004, a rede social nomeada *Facebook* (originalmente, *thefacebook*) foi criada pelo americano Mark Zuckerberg e seus colegas de quarto da Universidade de Harvard (EUA). Sua criação tinha por finalidade manter os criadores e os alunos da universidade em contato. A ideia era focar em alunos que estavam saindo do Ensino Médio (*High School*, nos Estados Unidos da América) e aqueles que estavam entrando na universidade (RECUERO, 2009).

Desta maneira, o *site* gradualmente acrescentou suporte para atender alunos em várias outras universidades antes de abrir para estudantes do ensino médio e, mais tarde, para qualquer pessoa com treze anos ou mais (WIKIPÉDIA, 2017, *online*).

Recuero (2009, p. 171) ressalta que o *Facebook* funciona através de perfis e comunidades. O sistema é muitas vezes percebido como mais privado que outros *sites* de redes sociais,

pois apenas usuários que fazem parte da mesma rede podem ver o perfil uns dos outros. Outra inovação significativa do *Facebook* foi o fato de permitir que usuários pudessem criar aplicativos para o sistema. O uso de aplicativos é uma das formas de personalizar um pouco mais os perfis.

Com este perfil, o usuário pode estabelecer um sistema de conexões e contatos criando uma lista de amigos: esta lista de amigos alimentará a página inicial daquele indivíduo que está conectado a sua conta no *Facebook*. A página inicial é o elemento de entrada e saída de um perfil nesse *site* de rede social. Alguns recursos básicos da página inicial podem ser destacados, como as opções: compartilhar *status*, curtir e comentar. *Status* é como é denominado o meio no qual o usuário se apresenta e digita suas mensagens, posta fotos, vídeos e compartilha quaisquer informações de seu perfil para publicação em sua rede de amigos. As opções curtir e comentar realizam a valoração e a interação entre a rede amigos e essas mensagens – estas opções acompanham praticamente todas as formas de conexão entre usuários do *Facebook*, e estão para além da página inicial e da linha do tempo, nas páginas e nos grupos (TOMAZETTI, 2015).

Tomazetti (2015, p. 117) afirma que, para a aglomeração desses recursos, o *Facebook* possui um mecanismo de interação e leitura que o faz um sistema ao mesmo tempo, público e pessoal, o *Feed* de notícias.

Este artifício permite ao usuário determinar o que ele quer receber das informações advindas de suas redes de relação. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o indivíduo personaliza seu *Feed* de notícias, ele funciona com um agregador público sobre o que as suas conexões estão falando, fazendo, sentindo, criando e discutindo: o *Feed* de notícias – a coluna central da sua página inicial – é uma lista em constante atualização de históricos de pessoas e páginas que você segue no Facebook. As histórias do *Feed* de notícias incluem atualizações de *status*, fotos, vídeos, *links*, atividade de aplicativos e opções curtir.

Além desse sistema básico de perfil e *Feed* de notícias, o *Facebook* também permite a criação de páginas e grupos: redes sociais mais complexas que podem vincular os usuários para além de suas redes de amigos, amplificando a comunicação dos perfis para outras redes, estas asseguradas geralmente por perspectivas e gostos comuns. As páginas criadas no *Facebook* funcionam como comunidades de sujeitos, organizações ou instituições para fins múltiplos. Elas permitem que as pessoas que as curtam comuniquem-se amplamente a partir de interesses comuns (TOMAZETTI, 2015).

De acordo com o Glossário de termos do *Facebook*, as páginas possuem três especificidades: a) suas informações são públicas e disponíveis para qualquer pessoa que possui um perfil; b) qualquer perfil pode estabelecer vínculos com as páginas; e c) as publicações decorrentes da página podem aparecer no *Feed* de Notícias de quem as curte. Assim como com as Linhas do Tempo, o gerenciador de uma página pode personalizá-la

publicando histórias, promovendo eventos e adicionando aplicativos, orquestrando, assim, espaços de publicação de informações e articulando interesses comuns em um sistema de interação aberto a todos os usuários do *Facebook* (TOMAZETTI, 2015).

Tomazetti (2015, p. 118) acrescenta que o *Facebook* também permite a criação de grupos, diferentemente das páginas, os grupos são espaços de interação frequentemente mais restritos por assuntos e interesses comuns.

Os grupos também são menos formalizados e menos públicos do que as páginas e possuem o caráter de um fórum de discussões. Podendo ser criados por qualquer indivíduo que possua uma conta no *Facebook*, os grupos para além de uma configuração aberta, podem ser secretos ou fechados, e suas publicações podem ser visíveis, quando nesses casos, apenas para aqueles que forem convidados a participar desses grupos. Quanto à comunicação nos grupos, de acordo com o *Facebook*: os membros recebem notificações por padrão quando algum membro publica algo no grupo. Os membros dos grupos podem participar de bate-papos, carregar fotos para álbuns compartilhados, colaborar em documentos dos grupos e convidar os membros que são amigos para eventos dos grupos.

Em 2009, um estudo realizado pelo site CanalTech classificou o *Facebook* como a rede social mais utilizada em todo o mundo por usuários ativos mensais (CANALTECH, 2017, *online*).

Em 2013, o *Facebook* adotou as *hashtags* como uma de suas ferramentas oficiais. O modo de utilizá-las consiste em usar o símbolo #, também chamado de jogo da velha ou cerquilha, na frente de uma palavra ou frase, com isso, transforma o termo em um *link* clicável. Ao clicar no *link*, o usuário verá um *feed* (listas de atualização de conteúdo de um determinado site) de mensagens que incluem essa mesma *hashtag*. Sendo, portanto, um ótimo filtro de informações que realmente interessam ao usuário (CANALTECH, 2017, *online*).

Em 2014, o *Facebook* apresentou em seus relatórios que 89 milhões de brasileiros estão conectados à rede social e a acessam ao menos uma vez ao mês. Diariamente, 59 milhões de brasileiros acessam o *Facebook* (BRUGNAGO; CHAIA, 2015).

Segundo o portal de estatísticas Statista, foram contabilizadas a partir de abril de 2016, as principais redes sociais em todo mundo, classificadas por número de usuários ativos. O *Facebook* em 2017 soma 1,59 bilhão de usuários ativos mensalmente, liderando o *ranking* (OFICINA DA NET, 2017, *online*).

É a maior rede social *online* do mundo e essa interação social se dá, de forma significativa. Neste ambiente, as informações de autoria dos usuários se relacionam com outros usuários e são armazenadas em bases de dados com intuito de se tornarem cada vez

mais difundidas. Estes mesmos serviços, disponibilizam ferramentas que promovem a disseminação da informação na rede social, em especial sobre a contribuição dos compartilhamentos que levam a mensagem para usuários até então “invisíveis” para o autor original (OFICINA DA NET, 2017, *online*).

Brugnago e Chaia (2015) ponderaram o *Facebook*, e as novas formas de relação com o mundo, por meio dos computadores e/ou *smartphones*, como transformadores de comportamentos e como influenciadores na criação de ideologias. Assim,

toda ideologia para manter-se viva precisa ser alimentada, ou seja, precisa de combustível para ser queimado, centelhas que acendam o fogo e alimentação suficiente para que este não se apague. Esse fogo precisa contagiar para a ideologia não se apagar, portanto ele precisa se espalhar. Existem diversos meios para a propagação desse fogo. Ao longo da história, esse meio teve diversos veículos, como panfletos, jornais, conversas de bar, fofocas de esquina, o cinema, a TV, os noticiários, as novelas. Nas últimas eleições, pudemos ver as ideologias se construindo por meio de um novo e muito poderoso dispositivo: as redes sociais. (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 118).

O número de pessoas que usam o *smartphone* para ter acesso à internet continuou em crescimento no Brasil e chegou a 72,4 milhões no segundo trimestre de 2015. O aumento foi de 4%, ou cerca de 4 milhões de pessoas a mais em relação aos 68,4 milhões do primeiro trimestre. O aumento do uso do *smartphone* como meio de acesso à internet também vem sendo maior entre as mulheres. Elas eram 50% dos usuários de *smartphones* no quarto trimestre de 2014. Passaram para 51% no primeiro trimestre de 2015 e chegaram a 52% no segundo trimestre. As redes sociais e os aplicativos para comunicação continuaram predominando entre os aplicativos mais populares. Entre os vinte aplicativos mais usados pelos 72,4 milhões de brasileiros conectados por *smartphones*, seis são de redes sociais ou de troca de mensagens, quatro são de bancos, três são de *e-mail* e dois são de mapas e localização (NIELSEN, 2015, *online*).

Portanto, a comunicação em rede na esfera contemporânea, enfatiza as possibilidades de participação cidadã e democrática, viabilizadas por esse tipo de comunicação (TOMAZETTI, 2015). Através das redes sociais, a construção de ideologia política no Brasil, teve início nas revoltas de junho de 2013, onde o uso da internet – especialmente do *Facebook* – foi fundamental para a propagação dos manifestos políticos.

Acontece que, nesta situação, há um combustível para este engajamento (seja do próprio governo, da imprensa, de outras pessoas com ideias diferentes). No momento da

sinapse coletiva, surge o maior fator motivacional de todos: a indignação (*ON MARKETING DIGITAL*, 2017, *online*).

Historicamente, esse tipo de ação popular era articulado por (e/ou associada a) Movimentos Estudantis, como União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Diretório Central dos Estudantes (DCE), normalmente ligados a partidos políticos, onde há uma liderança nítida e “de pulso” (*ON MARKETING DIGITAL*, 2017, *online*).

Atualmente, esse tipo de controle não é mais necessário (afinal, há aderência e comprometimento das pessoas por espontânea vontade, e não por acompanhar um alguém de referência) e as redes sociais tornaram-se o “ponto de encontro” daqueles que têm se sentido desconfortáveis com os rumos políticos/econômicos do país. As pessoas criam eventos, convocam seus amigos, compartilham vídeos e fotos e, em decorrência disso, surge uma sequência arrasadora de passeatas, resultando em milhares de indivíduos protestando nas ruas (*ON MARKETING DIGITAL*, 2017, *online*).

Algumas expressões viralizadas nas manifestações foram retiradas de comerciais – como é o caso de “Vem pra rua” (em referência ao comercial da Fiat que já tem mais de 100.000 exibições no *YouTube*) e “O Gigante Acordou” (uma alusão ao comercial do Johnnie Walker, com mais de 800.000 *views* na mesma rede) (*ON MARKETING DIGITAL*, 2017, *online*).

Levando em consideração o cenário político brasileiro, não há dúvidas de que esse é um novo marco para o país, no qual a internet e seus colaboradores não podem mais ser desconsiderados. A internet tem força, as redes sociais têm força, e elas estão construindo uma nova ponte de informação e interação entre a população. Nesse cenário, o engajamento é o elo e a atitude, o grande instrumento de transformação (*ON MARKETING DIGITAL*, 2017, *online*).

Levando em consideração tais apontamentos, na seção seguinte encontra-se o recorte do cenário político que sustenta a análise dessa investigação entre a linguagem natural e a controlada.

## 5 CENÁRIO POLÍTICO

O Brasil foi o primeiro país de língua portuguesa a ter uma mulher eleita com mandato de chefe máximo de Estado. Outra mulher de país com a caracterização indicada, Carmem Pereira, exerceu interinamente a presidência de Guiné-Bissau, entre 14-16 de maio de 1984. A norma culta da língua portuguesa aceita as duas grafias – presidente e presidenta – como corretas e aceitáveis (WIKIPÉDIA, 2017, *online*).

Ainda em 1889, o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido de Figueiredo utiliza o termo “Presidenta” significando mulher que preside e outros dicionários também o seguem. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, “presidenta” é o feminino de presidente, embora seja menos usual. Já o Dicionário Aurélio afirma que a palavra pode ser usada no feminino ou no masculino, apontando “presidenta” como “esposa do presidente” ou “mulher que preside”. O Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis e o Dicionário Brasileiro Globo também atribuem à mesma significação que o dicionário Aurélio. Dilma afirmou preferir ser tratada pela forma flexionada feminina presidenta (WIKIPÉDIA, 2017, *online*).

As eleições para presidente da república de 2014, no Brasil, apresentaram uma grande mudança na forma de fazer campanha, tanto por políticos quanto por militantes, por contado amplo uso das redes sociais. Brugnago e Chaia (2015, p. 124) ressaltam que “as mídias sociais, principalmente o *Facebook*, tornaram-se fortes dispositivos de formação ideológica que permitiram a proliferação ideológica polarizada dentro da rede.”

De acordo com *site* do Governo Federal do Brasil, denominado Portal Brasil (2015, *online*), em 13 de junho de 2010, o PT oficializa candidatura de Dilma Rousseff. E,

no segundo turno das eleições, a 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff, aos 63 anos, é eleita Presidenta da República Federativa do Brasil, com mais de 55,7 milhões de votos (56,05%). Sendo a primeira mulher a chegar ao Palácio do Planalto, como já fora a primeira mulher secretária da Fazenda de Porto Alegre, a primeira secretária estadual de Energia, a primeira ministra de Minas e Energia, e a primeira chefe da Casa Civil.

Após ser eleita primeira presidenta do Brasil, em 2010, Dilma foi reeleita presidenta da República no segundo turno, em 26 de outubro de 2014, com mais de 54,5 milhões de votos (51,64%) (PORTAL BRASIL, 2015, *online*).

O Portal Brasil (2015, *online*) destaca que,

os oito anos de governo Lula, os quatro anos de Dilma contribuíram para a estabilidade macroeconômica; para a redução da dívida líquida do setor público, que entre 2002 e 2014 caiu de 60% para 35% do PIB; para a acumulação de US\$ 380 bilhões de reservas cambiais; para a consolidação da democracia em todos os seus aspectos, desde o pleno respeito aos direitos individuais à completa liberdade de imprensa, e para a preservação de um ambiente de harmonia com os vizinhos sul-americanos, com os quais o Brasil vive em paz há mais de 140 anos.

O site Politize (2016, *online*) esclarece que para ocorrer o *impeachment* de Dilma, foi preciso que cidadãos se manifestassem, para que o processo de *impeachment* começasse e, posteriormente, fosse elaborado um pedido contra a presidente, ao qual foi apresentado à Câmara dos Deputados. “O *impeachment* de Dilma Rousseff consistiu em uma questão processual aberta com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff como presidenta da República Federativa do Brasil.”

O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal (POLITIZE, 2016, *online*).

O segundo momento-chave de um processo de *impeachment* é o aceite do presidente da Câmara. No dia 2 de dezembro de 2015, Cunha acatou oficialmente o pedido feito por Paschoal, Reale Jr. e Bicudo. Após ler o pedido, Cunha convocou a formação da comissão especial do *impeachment* (POLITIZE, 2016, *online*).

A Câmara se mobilizou para formar a comissão especial que analisaria o pedido aceito por Cunha, tudo ainda no mês de dezembro de 2015. Chegou haver uma eleição entre chapas de situação e de oposição. A de oposição venceu, em votação secreta. Mas essa decisão logo foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 17 de dezembro de 2015. Os motivos: uma chapa avulsa, não indicada pelos líderes partidários, concorreu; e a votação foi secreta, o que era irregular. O procedimento correto seria promover uma votação aberta (POLITIZE, 2016, *online*).

Além disso, o STF ainda determinou um novo rito para o processo, diferente do adotado no caso do Fernando Collor, em 1992. A maior mudança é que o Senado passou a ter direito de votar pela abertura do inquérito, logo após a votação no plenário da Câmara. A comissão durou cerca de 20 dias. Seus trabalhos foram encerrados em 11 de abril de 2016, quando o parecer do relator Jovair Arantes (a favor da abertura do inquérito) foi aprovado, por 38 votos a favor e 27 contra (POLITIZE, 2016, *online*).

Depois de encerrado o trabalho da comissão, a Constituição determina que o plenário da Câmara dê seu aval para o *impeachment*. Formalmente, o papel da Câmara é apenas recomendar a abertura do inquérito, sem entrar no mérito das acusações. Para isso, são necessários pelo menos 342 votos, dentre os 513 deputados. Em sessão histórica, 367 deputados votaram a favor da abertura do inquérito contra a presidente (POLITIZE, 2016, *online*).

Uma vez que a abertura foi recomendada pelo plenário da Câmara, o processo mudou de mãos. Passou para o Senado, que é o responsável por julgar o mérito das acusações, aprofundando-se nas investigações sobre o caso. Mas antes disso, para cumprir o que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu em dezembro, uma comissão de 21 senadores foi formada, a fim de se discutir a abertura do inquérito contra Dilma. O parecer do relator da comissão, Antonio Anastasia, era favorável ao *impeachment* e foi aprovado por 15 votos a 5 (POLITIZE, 2016, *online*).

Com a aprovação do parecer na comissão, foi a vez de o plenário do Senado também confirmar a abertura do inquérito contra Dilma – uma etapa também criada pelo STF. Ao todo, o voto de apenas mais da metade dos senadores presentes já bastava para iniciar o processo. Foram 55 votos a favor e 22 votos contra (POLITIZE, 2016, *online*).

A Constituição determina o afastamento do presidente logo após a instauração do inquérito no Senado. E foi o que aconteceu: a presidente Dilma foi afastada de suas funções logo após a decisão do Senado. Assumiu interinamente seu vice-presidente, Michel Temer (POLITIZE, 2016, *online*).

Dilma saiu do poder em maio de 2016 e foi retirada da Presidência em 31 de agosto do mesmo ano, depois que o Senado a considerou culpada por uma série de manobras fiscais usadas para estimular a economia e disfarçar o pior do déficit orçamentário visto no Estado (ZH POLÍTICA, 2017, *online*).

No decorrer do processo de *impeachment* houve manifestações contra e a favor da saída de Dilma Rousseff da Presidência da República.

A enorme adesão às manifestações a favor do *impeachment* de Dilma, convocadas majoritariamente por grupos do *Facebook* como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), deu-se pela convocação *online* e pelo compartilhamento de eventos criados por pessoas insatisfeitas com o governo a participarem das manifestações na rua. Tais protestos tiveram forte apelo contra a corrupção, pela ética pública e pelo fim da impunidade (ESTADÃO, 2016, *online*).

O domingo 13 de março de 2016 ficou marcado por ser o dia da maior manifestação da história do Brasil, onde milhões de brasileiros foram às ruas, em pelo menos 239 cidades nas cinco regiões. Os manifestantes se dividiram entre apoio ao *impeachment* de Dilma, em tramitação na Câmara dos Deputados, a cassação do mandato pela justiça, sob análise do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a pressão pela renúncia da presidenta do cargo que ela ocupava desde janeiro de 2011 e para qual foi reeleita em 2014 com 51,64 % dos votos no segundo turno (ESTADÃO, 2016, *online*).

Na época, após o fim dos protestos, o Palácio do Planalto divulgou nota em nome da presidenta Dilma Rousseff na qual afirma que “a liberdade de manifestação é própria das democracias e por todos deve ser respeitada”, diz trecho do texto assinado pela secretaria de Imprensa da Presidência (ESTADÃO, 2016, *online*).

Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos (SANTOS, 2002).

Muitas pessoas, através dos movimentos sociais ou individualmente, fizeram uso de várias *hashtags* no *Facebook* para manifestar contra ou a favor de Dilma Rousseff.

O breve panorama aqui realizado sobre o contexto político referenda a escolha do levantamento e da coleta de *hashtag* no *Facebook*.

## 5.1 DEMOCRACIA

Em busca do entendimento da palavra democracia, observa ser um termo que provém do grego *demokratía* cuja etimologia é composta por *demos* (povo) e *kratos* (poder). Portanto, na democracia o poder de tomar decisões políticas está, direta ou indiretamente, nas mãos do povo. Neste sistema político, o poder é exercido pelo povo através do sufrágio universal (SIGNIFICADOS, 2017, *online*).

De acordo com o Dicionário Michaelis (2017, *online*) a definição de democracia é:

- 1 Forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo: “Queremos a paz com liberdade, a lei com legitimidade, a democracia não como uma palavra, mas como um processo de ascensão do povo ao poder”.
- 2 Sistema de governo em que cada cidadão tem sua participação.
- 3 Sistema político dedicado aos interesses do povo.
- 4 Forma de governo que tem o compromisso de promover a igualdade entre os cidadãos.
- 5 Sistema político influenciado pela vontade popular e que tem por obrigação distribuir o poder equitativamente entre os cidadãos, assim como controlar a autoridade de seus representantes.

- 6 Sistema de governo caracterizado pela liberdade do ato eleitoral.
- 7 Governo que respeita a decisão da maioria da população, assim como a livre expressão da minoria.
- 8 País cujo sistema de governo é democrático.
- 9 Ideal comprometido com os interesses democráticos.

Conforme ‘O Vocabulário da Política’ (LARANJEIRA,[2010?], p. 85), o conceito de democracia está representado como:

- 1. Governo em que o povo exerce a soberania;
- 2. Forma em que o poder pertence ao povo;
- 3. Regime político baseado na separação de poderes;
- 4. Regime político em que a legislação é processada por um assembleia ou parlamento livremente eleitos e por um poder executivo exercido por um governo responsável pela legislatura, ou por um Presidente responsável diante do povo.
- 5. Regime político que se caracteriza pela liberdade de associação, de opinião e expressão; pela proteção ao cidadão contra interferências arbitrárias por parte das autoridades; e pela disposição legal que garante ao cidadão o direito de ser julgado perante um tribunal imparcial no caso de ter sido acusado de alguma ação reconhecidamente criminosa,
- 6. A influência do povo no governo de um Estado.

No ‘Dicionário de Política’ (BOBBIO et al., 1998, p. 326) o significado formal de democracia está definido como:

- um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia.
- 1. o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau;
  - 2. junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas);
  - 3. todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores;
  - 4. todos os eleitores devem ter voto igual;
  - 5. todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional;
  - 6. devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada);
  - 7. tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre;

8. nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições;
9. o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo.

Não é possível estabelecer quantas regras devem ser observadas para que um regime possa dizer-se democrático e pode afirmar-se que um regime que não observa nenhuma não convive em um regime democrático, pelo menos até definir-se o significado comportamental de democracia (BOBBIO et al., 1998).

Ainda para Bobbio (1997, p. 5) “a democracia é, no essencial, um método de governo, um conjunto de regras de procedimento para a formação das decisões coletivas, no qual está prevista e facilitada à ampla participação dos interessados”.

Para Santos (2002) uma democracia efetiva tem duas características inter-relacionadas: uma sociedade civil robusta e um Estado capaz. Assim,

uma sociedade civil livre e dinâmica torna o Estado e os seus agentes mais responsabilizáveis, ao assegurar que a participação popular não ocorre apenas através de eleições (mandatos periódicos), mas também do *feedback* e negociação constantes. A sociedade civil é essencial à prática democrática, pois amplia o alcance e o estilo reivindicativo além do interesse representativo formal característico da sociedade política. Movimentos sociais, associações e sindicatos mobilizam novos atores e levantam novas questões. Neste processo, não só proporcionam um contrapeso em relação as formas mais burocráticas e centralizadas de representação de interesses, como também criam novas solidariedades, que desafiam diretamente, em muitas instâncias, certas desigualdades, impulsionando desta forma a própria democratização da sociedade em si. O cerne da questão é que a saúde de uma democracia é medida tanto pela natureza qualitativa dos seus padrões de associação quanto pelo caráter formal das suas instituições, e como estas duas variáveis se condicionam mutuamente – os padrões associativos são condicionados pelo envolvente institucional e a sensibilidade institucional é condicionada pela vitalidade associativa -, os padrões tanto podem ter efeitos positivos quanto negativos (SANTOS, 2002, p. 641).

Bobbio (1979) afirma que a democracia se constitui de um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas na constituição do eleitorado (SANTOS, 2002).

O conceito de democracia pode ser definido por diversos aspectos. Há ainda de se considerar que as democracias se apresentam em vários graus diferentes de desenvolvimento, desde aquelas com características autoritárias até as democracias mais desenvolvidas (POLITIZE, 2017, *online*).

Existem grupos que monitoram a qualidade da democracia no mundo e para isso desenvolvem suas próprias escalas e critérios. Um deles é o *Democracy Index* (Índice de Democracia) (POLITIZE, 2017, *online*).

O Índice de Democracia é um índice compilado pela revista *The Economist* para examinar o estado da democracia em 167 países e concentra-se em cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, participação política e cultura política. Os países são classificados em "democracias plenas", "democracias imperfeitas", "regimes híbridos" (todos considerados democracias) e "regimes autoritários" (considerados ditatoriais). A *The Economist* avalia os países em cinco critérios (processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis), com notas que vão de 0 a 10 (WIKIPÉDIA, 2017, *online*).

De acordo com a *The Economist Intelligence Unit (Democracy Index 2016, 2017, online)*, o Brasil encontra-se na 51ª posição com pontuação 6.90, nas categorias:

- a) processo eleitoral e pluralismo: 9.58;
  - b) funcionamento de governo: 6.79;
  - c) participação política: 5.56;
  - d) cultura política: 3.75,
  - e) liberdades civis: 8.82
- Portanto, o Brasil encontra-se na categoria de democracia imperfeita.

Em que pese o regime democrático atual, há um problema na efetivação plena dessa democracia. Quando grupos minoritários como mulheres, negros, índios, crianças, entre outros, estão inseridos em uma posição de exclusão, o governo que deveria ser para todos e todas não condiz com a realidade. Dentro desse contexto, há a necessidade de se inserir as mulheres no âmbito da política, para que haja a redução de uma clara subordinação e a criação de uma sociedade mais justa e democrática. A partir disso, luta-se pela garantia da igualdade entre homens e mulheres na sociedade (SALIBA; SANTIAGO, 2016).

A representatividade feminina no cenário político brasileiro indica assunto extremamente preocupante. De acordo com dados da reportagem “Sub-representação feminina no Congresso afeta direitos sociais da mulher” publicada pela revista Carta Capital, o Brasil ocupa o 123º lugar no *ranking* de presença de mulheres no Congresso, sendo esta uma das últimas posições no mundo (PELLEGRINI, 2015 *apud* SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Dessa forma, pode-se visualizar que, apesar do momento histórico destacado nesta pesquisa (a eleição de Dilma como primeira mulher a governar o Brasil), as mulheres ainda

não estão inseridas de forma igualitária na política brasileira. Portanto, ao fazer uma análise do cenário, conclui-se que a luta pela ampliação da participação efetiva das mulheres no cenário político parece ainda mais árdua e lenta do que a luta pelo voto feminino no Brasil (SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Segundo ainda Saliba e Santiago (2016, p. 96), “a democracia plena, portanto, não foi atingida no governo Dilma, mesmo com a eleição de uma mulher para assumir o cargo de governante do país.” Indicam também que

afinal, durante seu governo, esta sofreu diversos tipos de violência, mesmo que simbólicas, simplesmente pelo fato de ser mulher. Nota-se, então, como a misoginia opera na sociedade patriarcal brasileira, diminuindo a mulher e não conferindo a esta um tratamento digno e humano.

Entende-se por misoginia o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo e que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Diz-se que a luta pela democracia hoje junta-se com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no contexto amplo do ódio à diferença de homens no poder (TIBURI, 2016 *apud* SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Portanto, a misoginia presente no governo Dilma não se relaciona apenas com o fato desta ser diminuída como ser humano por meio de campanhas midiáticas que questionavam sua sexualidade ou com intenção de oprimi-la pela sua condição de ser mulher. Em outras palavras, lutar pelo fim da misoginia não se trata apenas de garantir um tratamento humano, conferindo à mulher a posição de pessoa merecedora. Trata-se, principalmente, de permitir que o gênero feminino possa atuar e participar ativa e efetivamente da sociedade, de forma plena e em todos os âmbitos: político, educacional, profissional, entre outros. Dessa forma, as estratégias que ocorreram com o objetivo de impedir que Dilma exercesse a posição que lhe foi conferida democraticamente, a de chefe de Estado, representam também uma forma de misoginia (SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Cumprе ressaltar que a reeleição de Dilma ocorreu nos moldes da lei, externando a vontade da maioria da população brasileira e o referido resultado não apenas deveria como precisava ser respeitado (SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Saliba e Santiago (2016, p. 100) apontam outra forte aliada da perpetuação da violência contra Dilma, motivada pelo fato desta ser mulher, pois

os meios de comunicação não pouparam ofensas machistas e de teor sexual em relação à presidenta durante o processo de *impeachment*. Utilizou-se, assim, de uma violência de gênero para contribuir com a retirada de Dilma do poder. Outro fator que se faz exemplo da violência de gênero enfrentada pela presidenta no processo de *impeachment* representam as campanhas midiáticas, noticiadas em julho de 2015, as quais utilizavam adesivos de cunho sexual contra a governanta.

Durante a votação do *impeachment* também houve comportamentos machistas e violentos por parte dos próprios deputados, como ocorreu quando os parlamentares utilizaram cartazes com os dizeres “tchau, querida” de forma irônica e debochada (SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Não há dúvidas de que a mulher vivencia uma exclusão dentro do campo político, fato que compromete não apenas os direitos femininos, mas a democracia como um todo. É necessário trabalhar uma consciência social, do contrário, o *impeachment* sem fundamento sofrido por Dilma Rousseff não será o último ato em desfavor da democracia brasileira (SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Tomando esse cenário, na próxima seção realiza-se a análise e discussão dos resultados.

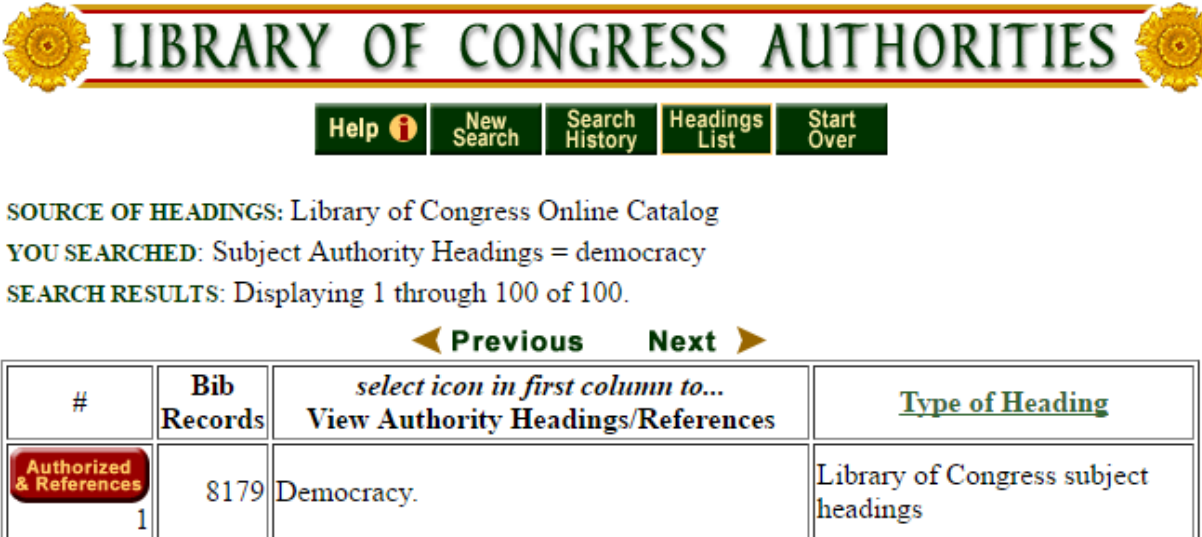
## 7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base na observação das postagens no *Facebook*, realizou-se análise das *hashtags* de cunho político ocorridas no período 2015-2016, temporada de manifestações contra e a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em meio ao panorama já apresentado na seção de metodologia, escolheu-se #Democracia, pois foi representada em dois contextos do cenário político, para comparação de sua representação com o descritor Democracia da Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC. A tag #Democracia foi representada e usada também em imagens ofensivas a Dilma, o que não condiz com a definição legal que é apresentada por Santos (2002, p. 641) “uma democracia efetiva tem duas características inter-relacionadas: uma sociedade civil robusta e um Estado capaz.”

Ao realizar a busca no catálogo de autoridade para cabeçalhos de assunto da LC foi possível encontrar 8.179 registros que utilizam o descritor *Democracy* (Democracia), conforme apresentação na figura 1.

Figura 1 – Busca *Democracy* - *Library of Congress Authorities*



The screenshot shows the Library of Congress Authorities search interface. At the top, there's a header with the Library of Congress logo and the text 'LIBRARY OF CONGRESS AUTHORITIES'. Below this is a navigation bar with buttons for 'Help', 'New Search', 'Search History', 'Headings List', and 'Start Over'. The search results section shows 'SOURCE OF HEADINGS: Library of Congress Online Catalog', 'YOU SEARCHED: Subject Authority Headings = democracy', and 'SEARCH RESULTS: Displaying 1 through 100 of 100'. Below this is a table with one row of results for 'Democracy'.

| # | Bib<br>Records | <i>select icon in first column to...</i><br>View Authority Headings/References | Type of Heading                      |
|---|----------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 | 8179           | Democracy.                                                                     | Library of Congress subject headings |

Fonte: Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*, julho/2017.

O descritor *Democracy* está representado por um Termo Genérico (*Broader Term*), sendo ele: *Political science* (Ciência política) e, também, pelos Termos Específicos (*Narrower Terms*), sendo: *Deliberative democracy* (Democracia deliberativa); *Direct democracy* (Democracia direta); *Labor union democracy* (Democracia sindical); *Liberty* (Liberdade); *New democracies* (Novas democracias); *Referendum* (Referendo), *Women and*

*democracy* (Mulheres e democracia). Termos Relacionados (*Related Terms*) são: *Equality* (Igualdade); *Representative government and representation* (Governo representativo e representação), *Republics* (Repúblicas). Segue apresentação na figura 2.

Figura 2 – Relacionamentos do descritor *Democracy*

**SOURCE OF HEADINGS:** Library of Congress Online Catalog

**INFORMATION FOR:** Democracy.

*Please note: Broader Terms are not currently available*

|                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------|
| Select a Link Below to Continue...                                      |
| <a href="#">Authority Record</a>                                        |
| Narrower Term: <a href="#">Deliberative democracy.</a>                  |
| Narrower Term: <a href="#">Direct democracy.</a>                        |
| Narrower Term: <a href="#">Labor union democracy.</a>                   |
| Narrower Term: <a href="#">Liberty.</a>                                 |
| Narrower Term: <a href="#">New democracies.</a>                         |
| Narrower Term: <a href="#">Referendum.</a>                              |
| Narrower Term: <a href="#">Women and democracy.</a>                     |
| See Also: <a href="#">Equality.</a>                                     |
| See Also: <a href="#">Representative government and representation.</a> |
| See Also: <a href="#">Republics.</a>                                    |

Fonte: Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*, julho/2017.

Ressalta-se a definição dos relacionamentos do descritor (ou termo preferido) *Democracy* apresentados na LCSH, a partir do livro “Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues” (1993, p. 15):

- a) *Broader Term* (Termo Genérico): termo que se refere a um conceito com conotação mais ampla;
- b) *Narrower Term* (Termo Específico): termo que se refere a um conceito com conotação mais específica;
- c) *See Also* (Veja Também): remissiva, termo preferido, sinônimos ou quase sinônimos de termos que não são relacionados a documentos, mas que aparecem como pontos de entrada, enviando ao usuário, por meio de uma instrução, por exemplo, USE e VEJA.

Em meio aos relacionamentos apresentados na figura 2, escolheu-se o Termo Específico *Women and democracy* e, ao clicar nele foi possível encontrar 33 registros que utilizam o descritor, conforme segue apresentado na figura 3.

Figura 3 – Registros do Termo Específico *Women and democracy*

**SOURCE OF HEADINGS:** Library of Congress Online Catalog

**YOU SEARCHED:** Subject Authority Headings = *Women and democracy*.

**SEARCH RESULTS:** Displaying 1 through 100 of 100.

◀ Previous      Next ▶

| #                                                                                      | Bib<br>Records | <i>select icon in first column to...</i><br>View Authority Headings/References | Type of Heading                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <br>1 | 33             | <i>Women and democracy.</i>                                                    | Library of Congress subject headings |

Fonte: Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*, julho/2017.

Diante dos 33 registros encontrados do termo *Women and democracy* pode-se observar a representação, ainda que escassa, desse assunto na Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC. Dessa forma, pode-se visualizar que apesar das mulheres terem conquistado tantos direitos ainda não estão inseridas de forma igualitária na sociedade, seja na educação, no emprego e, principalmente na política, e continuam lutando para que a igualdade de gênero seja alcançada, assim como sua representatividade em vários aspectos. Tiburi (*apud* SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 6) afirma que “a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a mulher associados no espectro amplo do ódio à diferença”.

Uma biblioteca da amplitude da LC ter apenas 33 registros do assunto *Women and democracy* teria alguma relação com o contexto da misoginia? Ou o assunto não está presente nos documentos que compõem o acervo? Ou o assunto é negligenciado, posto a segundo plano na representação?

Essa realidade contradiz a definição de democracia presente no dicionário Michaelis (2017, *online*): forma de governo que tem o compromisso de promover a igualdade entre os cidadãos. Os 33 registros vinculados na figura 2 é um quantitativo pequeno para demonstrar tal igualdade e, obviamente, a análise principal dessa pesquisa não é quantitativa, entretanto o fato deve ser levantado.

É possível concordar com a ideia de democracia com múltiplas formas de violência simbólica e real que são exercidas diariamente sobre as mulheres em nosso país? A questão de gênero se mostra mais emergente não apenas pela ausência das mulheres no corpo auxiliar político presidencial, mas exatamente pelo repúdio ao gênero feminino que desencadeou o processo de conturbação política do cenário brasileiro em 2015-2016. O *impeachment* de

Dilma Rousseff tem por um lado, fundamentação jurídica, mas por outro é uma silenciosa substância de misoginia (LIMA, 2016).

As críticas a chefe de Estado se restringiam à sua condição de mulher como, por exemplo, os adesivos para carros. A ilustração trazia a imagem do rosto da presidenta Dilma Rousseff virtualmente colado sob a imagem de uma mulher nua, frontalmente, com as pernas abertas. A ideia inicial do acessório foi a de ser utilizada na região de abastecimento do veículo, de modo que a bomba transpassasse o adesivo, numa metáfora de um falo em cópula (MEGA JURÍDICO, 2017, *online*), conforme segue a figura 4.

Figura 4 – Adesivos para carros



Fonte: WLLANA DANTAS, 2016.

Assim que a publicidade do adesivo se tornou nacionalmente notória, órgãos da Presidência se encarregaram de promover uma campanha contra o machismo (MEGA JURÍDICO, 2017, *online*).

A própria mídia utilizou imagens depreciativas da presidenta Dilma Rousseff, revelando que, para além de todos os adjetivos referidos a ela, configura-se forma misógina. Analisa-se uma imagem deste comportamento que tem como vítima uma mulher democraticamente eleita para governar um país. Com recursos de fotomontagem ou foto em perspectiva, o jornalismo praticado pelos meios hegemônicos constrói sentidos e revela seu caráter ideológico perverso: “Não deixarás viver a feiticeira” (FÓRUM, 2017, *online*), conforme a figura 5.

Figura 5 – Fotomontagem de Dilma Rousseff



Fonte: FÓRUM, 2016.

Sabe-se que uma das formas assumidas pela misoginia é o ato de ridicularizar a mulher, tornando seu corpo e/ou ações ridicularizadas. Outra forma é a violência, também expressa na foto quando indica à morte de uma mulher por fogo. “*Egô misôn gynaikas* (porque eu odeio as mulheres)” é o verso do dramaturgo grego Aristófanes que teria dado origem à palavra “misoginia” e ao seu significado relativo à aversão a mulheres. A mídia sexista, ao se referirem a Dilma em fotos montadas ou em perspectiva, sugerem que ela não só está fazendo um mau governo, mas que, enquanto mulher, precisa ser incinerada em praça pública. “Colocam-na como uma herege que deve ser queimada no fogo da mídia, destituída de sua integridade e poder” (FÓRUM, 2017, *online*).

Após a repercussão de imagens negativas de Dilma, mulheres realizaram ato de solidariedade, onde além das palavras de apoio, as mulheres abraçaram e beijaram a presidenta e as crianças entregaram rosas, conforme figura 6. No manifesto feminista pela sororidade e democracia, lido por Antônia Pelegrino, representante do movimento, é explicado que sororidade “é um substantivo feminino que não existe nos dicionários brasileiros. Uma palavra que faz parte do campo semântico do feminismo é derivada de *soeur*, do francês, cuja tradução é irmã. Sororidade é, portanto, o irmanar-se entre mulheres”. (VERMELHO, 2017, *online*).

Segundo Márcia Tiburi, da Partida Feminista, “os ataques à democracia são como um estupro político que fazem contra a presidenta Dilma os machos que comandam a oposição”. Para Tiburi, “defender a democracia é defender Dilma, que nos orgulha como representante de todas as mulheres” (VERMELHO, 2017, *online*).

Figura 6 – Ato de sororidade



Fonte: VERMELHO, 2016.

Levando em consideração o contexto brasileiro e mesmo não havendo um instrumento de controle de vocabulário nacional atualizado que tenha a amplitude da Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC, é possível observar nesta a construção de vínculos de relacionamentos do descritor *Democracy* com outros termos (Temo Genérico e Termos Específicos). Isso difere das *hashtags* no *Facebook* que não possuem vínculos entre termos e, tão pouco, a quantificação dos registros encontrados pelos usos das *tags* e as imagens que podem levar consigo, como as que foram aqui apresentadas. Na LC é possível observar a quantificação dos registros que usam determinador descritor.

Ressalta-se *Women and democracy* (Mulheres e democracia) ser o Termo Específico na LCSH para *Democracy*, pois é o termo que se refere a um conceito com conotação mais específica, uma vez que enfatiza o relacionamento da busca de igualdade entre homem e mulher na política, ação que não é notada na *hashtags*.

Além do relacionamento do descritor *Democracy* com o Termo Específico *Women and democracy*, pode-se fazer outra relação com outro Termo Específico, sendo *Liberty* (Liberdade). Ao clicar em *Liberty* foi possível encontrar 4.079 registros que utilizam o descritor, conforme figura 7.

Figura 7 – Registros do Termo Específico *Liberty*

SOURCE OF HEADINGS: Library of Congress Online Catalog

YOU SEARCHED: Subject Authority Headings = Liberty.

SEARCH RESULTS: Displaying 1 through 100 of 100.

◀ Previous Next ▶

| #                                                                                        | Bib<br>Records | <i>select icon in first column to...</i><br>View Authority Headings/References | Type of Heading                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <br>1 | 4079           | Liberty.                                                                       | Library of Congress subject headings |

Fonte: Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*, julho/2017.

Deste modo, entende-se que a democracia se caracteriza por garantir a liberdade a todo cidadão e essa é requisito fundamental da preservação da cidadania e da estabilidade política das relações sociais (ALVES, 2005).

Liberdade significa o direito de agir segundo o seu livre arbítrio, de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique outra pessoa; é a sensação de estar livre e não depender de ninguém. Liberdade é também um conjunto de ideias liberais e dos direitos de cada cidadão (SIGNIFICADOS, 2017, *online*).

Segundo o dicionário Michaelis (2017, *online*), há expressões que utilizam os diferentes tipos de Liberdade, sendo elas:

Liberdade assistida, JUR: regime de liberdade aplicada aos adolescentes delinquentes, que designa uma pessoa que os acompanha e os orienta durante seis meses.

Liberdade civil, POLÍT: poder de exercer o que se quer, desde que não interfira na liberdade alheia; compreende o direito de ir e vir.

Liberdade condicional, JUR: benefício concedido aos condenados, por meio de alguns requisitos, que antecipa o seu retorno ao convívio social; condicional, livramento condicional.

Liberdade de cátedra, JUR: poder de manifestar o pensamento no exercício do magistério.

Liberdade de expressão, JUR: direito que tem qualquer indivíduo de expressar suas opiniões, além do direito de receber ou partilhar informações por intermédio de qualquer meio de comunicação.

Liberdade de imprensa, JORN: direito garantido pelo Estado democrático que assegura a liberdade de publicar informação ou opinião sem prévia censura. Está, porém, sujeita a restrições legais, em relação a assuntos como pornografia, difamação etc.

Liberdade de linguagem, LING: a) forma desrespeitosa para com as regras gramaticais; b) uso de palavras indecorosas.

Liberdade de pensamento, POLÍT: direito que cada indivíduo tem de manifestar suas opiniões políticas ou crenças religiosas.

Liberdade negativa, FILOS, POLÍT: falta de repressão da sociedade sobre a vontade ilimitada de cada indivíduo.

Liberdade política, POLÍT: livre exercício dos direitos políticos determinados pelas leis do Estado.

Liberdade positiva, FILOS, POLÍT: movimento que consiste da livre participação do cidadão na política e nos interesses de uma comunidade.

Liberdade provisória, JUR: benefício concedido ao acusado, em caráter provisório, para que possa se defender em liberdade.

Liberdade religiosa, POLÍT: direito que tem cada indivíduo de escolher uma doutrina religiosa, sem nenhum tipo de coação ou constrangimento por parte de outros.

Liberdade sob palavra, JUR: concessão dada a um prisioneiro para que possa se locomover fora da cadeia, desde que se comprometa a não fugir.

Liberdade vigiada, JUR: benefício concedido a um menor infrator, que lhe dá o direito de voltar ao lar, desde que acompanhado de um tutor, sob vigilância do juiz.

Mas liberdade não sustenta a misoginia pela deploração da figura feminina de uma mulher legitimamente eleita. Além do relacionamento do descritor *Democracy* com os Termos Específicos *Women and democracy* e *Liberty* pode-se fazer outra relação com outro termo, sendo ele: *Equality* (Igualdade). Ao clicar na remissiva *Equality* foi possível encontrar 1.520 registros que utilizam o termo, conforme figura 8.

Figura 8 – Registros do termo *Equality*

SOURCE OF HEADINGS: Library of Congress Online Catalog

YOU SEARCHED: Subject Authority Headings = Equality.

SEARCH RESULTS: Displaying 1 through 100 of 100.

◀ Previous      Next ▶

| #                                                                                      | Bib<br>Records | <i>select icon in first column to...</i><br>View Authority Headings/References | Type of Heading                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <br>1 | 1520           | Equality.                                                                      | Library of Congress subject headings |

Fonte: Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress*, julho/2017.

Deste modo, entende-se o relacionamento do descritor *Democracy* com o termo *Equality*, uma vez que Igualdade é a ausência de diferença. Mas, nas *hashtags*, através das imagens, constata-se a ênfase da diferença, portanto a disparidade entre homens e mulheres é ressaltada ao invés da igualdade. Pelas imagens se subentende que lugar de mulher não é na presidência da república e marca o subconsciente feminino, pois caso outra mulher consiga chegar ao posto de chefe de estado a marca do machismo será novamente despertada.

A Igualdade ocorre quando todas as partes estão nas mesmas condições, possuem o mesmo valor ou são interpretadas a partir do mesmo ponto de vista, seja na comparação entre coisas ou pessoas. A igualdade no Brasil é prevista no artigo 5º da Constituição Federal, chamado de Princípio da Igualdade e aponta que todos são iguais perante a lei. A Constituição Federal ainda garante a distinção entre a Igualdade Formal, que é aquela formalizada pelo artigo quinto, e a Igualdade Material, onde estão incluídas as políticas públicas de redução da desigualdade social e erradicação da pobreza (SIGNIFICADOS, 2017, *online*).

De acordo com o dicionário Michaelis (2017, *online*), a definição de igualdade consiste em:

- 1 Qualidade daquilo que é igual ou que não apresenta diferenças; identidade.
- 2 Conformidade de uma coisa com outra em natureza, forma, proporção, valor, qualidade ou quantidade.

- 3 Nivelamento ou uniformidade de uma superfície.
- 4 MAT Expressão da relação entre duas quantidades iguais; equação.
- 5 Identidade de condições entre os membros da mesma sociedade.
- 6 Qualidade que consiste em estar em conformidade com o que é justo e correto; equidade, justiça.

Assim sendo, o relacionamento do descritor *Democracy* (Democracia) com os termos *Women and democracy* (Mulheres e democracia), *Liberty* (Liberdade) e *Equality* (Igualdade), na Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress* reporta-se a relacionamentos de termos que não são caracterizados pelas *hashtags*, sobretudo na que foi escolhida como foco de análise (*#democracia*).

As *hashtags* apoiaram movimentos e representação de assuntos no *Facebook* que foram usadas contra e/ou a favor do cenário político que ocasionou o *impeachment*, entretanto também favoreceram imagens que sustentam a misoginia e o machismo. Já pelo descritor constata-se a buscada representação feminina na política, portanto o relacionamento busca de alguma forma a igualdade entre homens e mulheres.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs, como objetivo geral, averiguar através da folksonomia no *Facebook*, *hashtags* políticas, como forma de representar assuntos contra e a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Analizou-se o levantamento das *hashtags* utilizadas no *Facebook*, no período 2015-2016, a partir do perfil da pesquisadora. Em seguida, selecionou-se a *tag* #Democracia e, posteriormente, comparou-se a representação com o termo *Democracy* na Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC.

Observou-se no referido instrumento os relacionamentos do descritor *Democracy* e toda conjunção de definições e fatores que sustentam tais relacionamentos. Constatou-se que a representação do descritor tem proximidade com o significado teórico e legal, fato esse de grande relevância para a integridade de qualquer cidadão. Situação completamente diferente se constatou nas *hashtags*, pois #Democracia pode se relacionar com adesivos e figuras misóginas que intensificaram o cenário político brasileiro ocorrido no segundo mandato do governo Dilma Rousseff, pelo processo de *impeachment*.

Apesar de todo cenário misógino negativo retratado é fato que a LCSH vincula a mulher no descritor *Democracy* (Democracia), pois o termo *Women and democracy* (Mulheres e democracia) se refere a um conceito com conotação mais específica, uma vez que enfatiza o relacionamento da busca de igualdade entre homens e mulheres na política. Vincula também os termos *Liberty* (Liberdade) e *Equality* (Igualdade), já que a democracia garante a liberdade e a igualdade a todo cidadão e toda cidadã.

Ao observar que no *Facebook* a *tag* #Democracia foi utilizada para fundamentar o cenário misógino instaurado, nota-se que essa não condiz com a significação que a LCSH propõe e tão pouco com o referencial teórico levantado.

Refletir as formas de representação da informação, quer seja em redes sociais, quer seja observando e comparando a estrutura de linguagens documentárias é uma forma de inserir o papel das ciências sociais aplicadas da Biblioteconomia no contexto da Organização do Conhecimento.

Diante do exposto, o questionamento do problema de pesquisa que consistiu na análise da representação de *hashtags* no *Facebook*, estruturada na linguagem natural, em comparação com a representação de descritor é respondida em parte, na proximidade do ponto de vista tanto do *Facebook* quanto da Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress* representarem assuntos por palavras e termos. Apesar de ambas serem formas de

representação temática, as estruturas da linguagem natural pelas *hashtags* se diferem das que comportam descritores em uma linguagem controlada.

Nesse sentido, não há proximidade na representação de *hashtags* no *Facebook* por descritor da LCSH, pois a cadeia de relacionamentos do segundo não encontra aderência nas *tags*. A Lista de Cabeçalhos de Assunto da *Library of Congress* constrói vínculos de relacionamentos do descritor com outros termos (Termo Genérico e Termos Específicos) e expõe os registros encontrados.

Portanto, o descritor *Democracy* da Lista de Cabeçalhos de Assunto da LC tem a amplitude que remete a reflexões sobre e representação de assuntos que envolvem as mulheres na política e em tantos outros aspectos, entretanto o modo de apresentação estrutura de forma aprofundada o assunto em relação as *hashtags* no *Facebook*, devido aos relacionamentos.

Essa pesquisa teve como objetivo as possibilidades de discussão e se almeja que futuras investigações possam ampliar a análise, quer seja discutindo o que aqui foi delimitado quer ampliando a análise tanto do processo quanto dos instrumentos que respaldam a representação da informação, inclusive com foco na temática gênero.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. L. **A democracia e a liberdade:** os alicerces do moderno estado democrático de direito. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7440/a-democracia-e-a-liberdade>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- AMARAL, A. et al. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 34-40, dez. 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/25528904.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2017.
- ARAÚJO, H. C. B. et al. Linguagens de indexação: uso das linguagens presentes na prática da indexação. In: Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação (EREBD), 14., 2011, Maranhão. **Anais...** Maranhão: EREBD, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/LINGUAGENS%20DE%20INDEXA%C3%87%C3%83O%20uso%20das%20linguagens%20presentes%20na%20pr%C3%A1tica%20da%20indexa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- AZEVEDO, F. **O arroz de palma**. Record, 2008. Disponível em: <[http://www.record.com.br/arquivos\\_clipping/7cQ6-ArrozPalma.pdf](http://www.record.com.br/arquivos_clipping/7cQ6-ArrozPalma.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- BARITÉ ROQUETA, M. G. **La garantía literária como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento:** modelo y aplicación. 2011. Tese (Doutorado em Informação Científica) Universidad de Granada, Granada, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=62991>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- BARRADAS MARTINS, M. C. **Indexação e controlo da terminologia em bibliotecas do ensino superior politécnico em Portugal:** o sistema no Instituto Politécnico de Portoalegre. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7171/1/TESIS%20346.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- BARROS, L. M. S. **A folksonomia como prática de classificação colaborativa para a recuperação da informação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/737/1/LeaBarrosDissertacao.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2016.
- BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <[https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario\\_de\\_politica.pdf](https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf)>. Acesso em: 4 maio de 2017.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Pensamento crítico, v. 63). Disponível em: <<http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Bobbio,%20Norberto/Norberto%20Bobbio%20-%20O%20futuro%20da%20democracia.rtf>>. Acesso em: 2 maio 2017.
- BOCCATO, V. R. C. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. InCID: **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n.1, p. 165-192, jan./jun. 2011. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/incid/article/download/42340/46011](http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/42340/46011)>. Acesso em: 1 abr. 2017.
- BRANDT, M.; MEDEIROS, M.B. B. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento?. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-121, maio/ago., 2010. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862010000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862010000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 16 jan. 2017.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ancib, 2008. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/doritchka/brascher-e-caf-organizacao-da-informao-ou-do-conhecimento>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, jan. 2015. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22032>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

CAFÉ, L. M. A. et al. Organização do conhecimento: uma análise conceitual nos anais do enancib. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/view/22321>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

CANALTECH. **4 maneiras de usar as hashtags no Facebook como ferramenta de marketing**. 2013. Disponível em: <<https://corporate.canaltech.com.br/noticia/marketing/4-manieras-de-usar-as-hashtags-no-facebook-como-ferramenta-de-marketing-9681/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CARLAN, E. **Sistemas de Organização do Conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) Universidade de Brasília/Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15298/1/Carlan-Eliana-Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na web. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, S. l. v.8, n. 3 jun. 2007. Disponível em: <[http://www.brapci.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2010/01/pdf\\_e81a344982\\_0007548.pdf](http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/01/pdf_e81a344982_0007548.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CESARINO, M. A. N.; PINTO, M. C. M. F. **Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação**. R. Esc. Bibliotecon. UFMG. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, set. 1978. Disponível em: <<http://josesales.com.br/arquivos/Cabe%C3%A7alho%20de%20assunto%20como%20linguagem%20de%20indexa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**, 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

CUNHA, B. F. **Folksonomia e etiquetagem: influência do conhecimento sobre indexação em usuários do Instagram**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/133667/TCC%20COM%20FOLHA%20DE%20APROVA%C3%87%C3%83O.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

DEMOCRACY INDEX 2016. **The Economist Intelligence Unit**. 2016. Disponível em: <[http://pages.eiu.com/rs/783-XMC-194/images/Democracy\\_Index\\_2016.pdf](http://pages.eiu.com/rs/783-XMC-194/images/Democracy_Index_2016.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2017.

Dicio, Dicionário Online de Português. **Impeachment**. 2017. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/impeachment/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

**Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues.** 2.ed. Trad. Bianca Amaro de Melo. Brasília: IBICT/SENAI, 1993. 86 p. Disponível em: <[http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/731/7/Diretrizes\\_estabelecimento\\_tesouros.pdf](http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/731/7/Diretrizes_estabelecimento_tesouros.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2017.

ESTADÃO. Portal do Estado de S. Paulo. **Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma.** 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>. Acesso: 5 maio 2017.

FÓRUM. **O jornalismo contra Dilma:** da misoginia à pirotecnia. 2016. Figura 5. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/05/11/o-jornalismo-contra-dilma-da-misoginia-a-pirotecnia/>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

FUJITA, M. S. L. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do Enancib no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/4>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.60-88, jan./dez. 2009. Disponível em: <[inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/download/16/38](http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/download/16/38)>. Acesso em: 17 abr. 2017.

GOMES, H. E; MARINHO, M. T. **Introdução ao estudo do cabeçalho de assunto.** Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <[unifaibiblioteconomia.xpg.uol.com.br/biblio\\_cabecalho.doc](http://unifaibiblioteconomia.xpg.uol.com.br/biblio_cabecalho.doc)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

GUIMARÃES, J. A. C. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-Espanha. In: 20 Años del Capítulo Español de ISKO. Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español, Ferrol, 2011. Universidade da Coruña, España, 2012. p. 181-194. Disponível em: <[http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/181-194\\_Guimaraes.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/181-194_Guimaraes.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

ISKO BRASIL. **International Society for Knowledge Organization.** 2017. Disponível em: <[http://isko-brasil.org.br/?page\\_id=5](http://isko-brasil.org.br/?page_id=5)>. Acesso em: 3 abr. 2017.

LARANJEIRA, C. **O vocabulário da política.** [2010?].

LIBRARY OF CONGRESS. Disponível em: <<https://www.loc.gov/>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

LIBRARY OF CONGRESS. **Library of Congress Subject Headings.** 2017. Disponível em: <<http://id.loc.gov/authorities/subjects/sh85036647.html>>. Acesso em: 29 maio 2017.

LIMA, L. C. **A misoginia política e a democracia:** tchau, queridas!. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/49111/a-misoginia-politica-e-a-democracia>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGA JURÍDICO. **Até tu mulher, minha amiga?** 2015. Disponível em: <<http://www.megajuridico.com/tu-quoque-mulier-amicae-mi-ate-tu-mulher-minha-amiga/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Democracia**. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=democracia>>. Acesso em: 3 maio 2017.

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Liberdade**. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=NyqME>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIRANDA, M. L. C. Organização e representação do conhecimento fundamentos teórico-metodológicos na busca e recuperação da informação em ambientes digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., 2012. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Ancib, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencib/paper/view/2433/1564>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

MONTALVO MONTALVO, M. LCSH, Fast y Delicious: vocabulários normalizados y nuevas formas de catalogación temática. **Anales de Documentación**, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/120141/114281>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MOREIRA, E. H. **Indexação nas bibliotecas jurídicas de Florianópolis**: participantes do grupo de informação e documentação jurídica de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99068/Indexa%C3%A7%C3%A3o%20nas%20bibliotecas%20jur%C3%ADdicas%20de%20Florian%C3%B3polis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

NIELSEN. **Brasileiros com internet no smartphone já são mais de 70 milhões**. 2015. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2015/Brasileiros-com-internet-no-smartphone-ja-sao-mais-de-70-milhoes.html>>. Acesso em: 5 maio 2017.

OFICINA DA NET. **As dez maiores redes sociais**. 2016. Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ON MARKETING DIGITAL. **O papel das redes sociais como fio condutor das manifestações no Brasil**. Disponível em: <<http://www.onmarketing.digital/noticias/o-papel-das-redes-sociais-como-fio-condutor-das-manifestacoes-no-brasil>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

PINTO, M. C. M. F. Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação; linguagens de indexação. **R. Esc. Bibliotecon**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 169-186, set. 1985. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/13792](http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/13792)>. Acesso em: 17 abr. 2017.

POLITIZE. **Impeachment de Dilma**. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/impeachment-de-dilma-retrospectiva>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

POLITIZE. **Democracia o que é?**. 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/democracia-o-que-e>>. Acesso em: 4 maio 2017.

PORTAL BRASIL. **Conheça a trajetória da presidenta Dilma Rousseff**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

RAPETTI, L. **Folksonomia: organização e uso da informação na web**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18728>>. Acesso em: 14 set. 2016.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

ROCHA, A. K.; MORENO, J. A folksonomia como ferramenta para a representação do conhecimento na web sob a ótica das redes sociais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, out. 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/1714>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

RODRIGUES, A. A. A. **Folksonomia: análise de etiquetagem de imagens no Flickr**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88EJT5/folksonomia\\_an\\_lise\\_de\\_etiquetagem\\_de\\_imagens\\_no\\_flickr\\_dis.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88EJT5/folksonomia_an_lise_de_etiquetagem_de_imagens_no_flickr_dis.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 16 maio 2017.

RUFINO, A. Folksonomia: novos desafios do profissional da informação frente às novas possibilidades de organização de conteúdos. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, out. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/1377/888>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SALIBA, M. G.; SANTIAGO, B. R. Bailarinas não fazem política? Análise da violência de gênero presente no processo de impeachment de Dilma Rousseff. **Rev. direitos fundam. democ.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 21, p. 91-105, dez. 2016. Edição Especial. Disponível em: <[http://www.academia.edu/31523376/AS\\_BAILARINAS\\_NÃO\\_FAZEM\\_POLÍTICA\\_ANÁLISE\\_D\\_A\\_VIOLÊNCIA\\_DE\\_GÊNERO\\_PRESENTE\\_NO\\_PROCESSO\\_DE\\_IMPEACHMENT\\_DE\\_DIMA\\_ROUSSEFF\\_-\\_Maurício\\_Gonçalves\\_Saliba\\_Bruna\\_Rabello\\_Santiago](http://www.academia.edu/31523376/AS_BAILARINAS_NÃO_FAZEM_POLÍTICA_ANÁLISE_D_A_VIOLÊNCIA_DE_GÊNERO_PRESENTE_NO_PROCESSO_DE_IMPEACHMENT_DE_DIMA_ROUSSEFF_-_Maurício_Gonçalves_Saliba_Bruna_Rabello_Santiago)>. Acesso em: 2 maio 2017.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizardemocracia.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2017.

SIGNIFICADOS. **Democracia**. 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/democracia/>>. Acesso em: 4 maio 2017.

SIGNIFICADOS. **Igualdade**. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=igualdade>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

TARTAROTTI, R. D. E. et al. Política de indexação em ambiente colaborativo das folksonomias: uma reflexão preliminar. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XVII, Bahia, **Anais...**, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3970/2341>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

TOMAZETTI, T. P. **Movimentos sociais em rede e a construção de identidades: a marcha das vadias – SM e a experiência do feminismo em redes de comunicação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/34/7148>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

VERMELHO. **Em ato de sororidade mulheres defendem Dilma de tentativa de golpe**. 2016. Figura 6. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/rj/noticia/278902-1>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

VIGNOLI, R. G. et al. Folksonomias como ferramenta da organização e representação da informação. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.** Campinas, SP. v. 12, n.2, p.120-135, maio/ago. 2014. Disponível

em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1606>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Democracia**. Wikimedia, 2017. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice\\_de\\_Democracia](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Democracia)>. Acesso em: 4 maio 2017.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Facebook**. Wikimedia, 2017. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Governo Dilma Rousseff**. Wikimedia, 2017. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo\\_Dilma\\_Rousseff](https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Dilma_Rousseff)>. Acesso em: 15 maio 2017.

WLLANA DANTAS. **Adesivo: ação no MP por ofensa sexual a Dilma**. 2016. Figura 4. Disponível em: <<http://www.wllanadantas.com.br/adesivo-acao-no-mp-por-ofensa-sexual-a-dilma/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

ZH POLÍTICA. **É um governo de velhos brancos ricos**. 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/12/e-um-governo-de-velhos-brancos-ricos-diz-dilma-ao-financial-times-sobre-sua-sucessao-8664927.html>>. Acesso em: 26 abr. 2017.